



Boletim do
**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português - fevereiro 2020 - R\$ 5,00

IV Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

TESES, RESOLUÇÕES E DOCUMENTOS

Índice - Teses sobre a situação política mundial e da América Latina - *página 3* / Balanço da recente queda do governo de Evo Morales - *página 10* / Resolução sobre o Chile - *página 18* / Resolução sobre a Colômbia - *página 19* / Teses sobre o centrismo - *página 21* / Resolução sobre a opressão da mulher - *página 23*

**NOSSA TAREFA HISTÓRICA – Reconstruir o Partido
Mundial da Revolução Socialista**

Viva a IV Conferência do CERQUI!

APRESENTAÇÃO

12 de fevereiro de 2020

Este Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) é dedicado à divulgação das teses, documentos e resoluções discutidos e aprovados em sua IV Conferência, realizada em 1 e 2 de fevereiro de 2020, Santa Cruz de La Sierra, Bolívia.

Neste Boletim, constará a resolução sobre o Chile, baseada no informe do camarada da seção chilena. No próximo Boletim, dedicaremos uma exposição e uma análise mais completa da heroica luta dos explorados. Houve uma viva discussão no sentido de que o combate das massas chilenas ao governo pinochetista de Piñera e à burguesia serviçal do imperialismo confirma o desenvolvimento de tendências revolucionárias no seio dos explorados latino-americanos e mundial. Eis por que, dada a importância do levante popular, a direção do CERQUI considerou necessário redigir um balanço mais amplo.

As teses sobre a situação mundial e América Latina foram aprovadas, com pequenas correções. Os delegados e os convidados se empenharam em generalizar a compreensão sobre as contradições fundamentais que vêm provocando a desintegração do capitalismo mundial e impulsionando a barbárie. Faz parte das formulações das teses o lugar do próprio Comitê de Enlace como fator fundamental para a superação da crise de direção, que vem se manifestando concretamente na luta de classes que se desenvolve em inúmeros países. As discussões e a aprovação das teses elevaram a consciência sobre a contradição entre as condições objetivas para a transição do capitalismo ao socialismo, portanto, para as revoluções proletárias, e as condições subjetivas que expressam a ausência dos partidos revolucionários na imensa maioria dos países. Ao mesmo tempo, a decomposição do capitalismo e a resistência das massas abrem uma nova situação para a luta em torno à construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas. Nesse sentido, o CERQUI reconhece sua enorme responsabilidade em formular a linha do internacionalismo proletário.

A Conferência deu particular importância à crise revolucionária pela qual passou a Bolívia. Adotou como documento central o balanço apresentado pela seção boliviana. Esteve em consideração, também, o balanço elaborado pela seção brasileira. Por unanimidade, houve acordo com a linha geral do documento da seção boliviana. As diferenças foram amplamente discutidas, de forma a enriquecer a compreensão dos acontecimentos que abalaram a Bolívia e culminaram com a renúncia de Evo Morales, sob o impacto da mobilização popular em todo o País. A presença ativa do Partido Operário Revolucionário (POR) no interior do movimento em choque com o governo burguês do MAS permitiu a luta contra as posições burguesas, direitistas, ultradireitistas e

democratizantes, e exigiu a defesa da estratégia revolucionária do proletariado. Não há dúvida de que um conflito de tal magnitude, que levou à queda do governo nacional-reformista do MAS, depois de quase 14 anos no poder, é complexo e exige um balanço analítico-programático.

A resolução sobre a Colômbia mereceu uma discussão pormenorizada, que possibilitou incorporar várias contribuições apresentadas pela seção argentina.

A resolução sobre o centrismo compareceu como necessária devido às mais recentes experiências da luta de classes, que obrigaram todas as correntes que se reivindicam do marxismo exporem suas linhas políticas diante do fracasso e decomposição dos governos nacional-reformistas. A experiência, por sua vez, sobre as frentes eleitorais, bem como com a tática eleitoral parlamentar em geral, resultou em cisões nas fileiras do centrismo. A importância do centrismo está em que desvia um importante contingente da vanguarda da tarefa de constituir o partido revolucionário e retarda a sua evolução política. A Conferência avaliou a necessidade de ter um documento, estabelecendo os marcos da crítica marxista-leninista-trotskista ao centrismo e ao oportunismo reformista. Um dos pontos da discussão foi o de que o centrismo expressa a negação das correntes de esquerda em se constituírem em partido-programa.

A Conferência assumiu a tarefa de aprovar uma resolução que norteasse as seções quanto à opressão sobre a mulher. Há algum tempo, se chegou à conclusão sobre a necessidade de ter um documento comum que sistematizasse e aplicasse a concepção marxista sobre o objetivo programático de emancipação da mulher. O reformismo e o centrismo, via-de-regra, expressam ou se adaptam ao feminismo burguês. Baseada nas formulações de Lênin e da III Internacional, a direção do Comitê de Enlace apresentou uma resolução. Depois de uma profunda discussão, motivada pelo documento apresentado pela seção argentina, a resolução foi aprovada por unanimidade.

O agravamento da luta de classes mundial e, em particular, na América Latina, exigiu um enorme esforço de elaboração político-programático da IV Conferência do CERQUI. O fato dos documentos terem sido discutidos no interior das seções, com antecedência, representou um passo adiante na construção do Comitê de Enlace, como embrião do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Convocamos a parcela da vanguarda que ainda se reivindica da IV Internacional a discutir os documentos contidos neste Boletim e engrossar a fileira da luta pela superação da crise de direção mundial.



Teses sobre a situação política mundial e da América Latina

2 de outubro de 2019

1. VIRADA PROTECIONISTA DAS METRÓPOLES IMPERIALISTAS

Aumentou a possibilidade de uma nova derrocada da economia mundial. Depois da enorme queda em 2008 e 2009, a retomada do crescimento não pôde atingir os patamares anteriores da crise. Os Estados Unidos, que foram o seu epicentro, contiveram o desmoronamento do sistema financeiro, e voltaram a reanimar sua economia interna. Embora precariamente, seguraram a escalada da destruição de postos de trabalho, e baixaram a taxa de desemprego. A avaliação do Banco Central e de organismos internacionais, no entanto, é a de que a indústria da maior potência perde força. A Europa Ocidental tomou um fôlego nesta última década, sem vencer a estagnação. O estreitamento do mercado europeu e mundial permaneceu, e, agora, enfrenta pressões recessivas. A decomposição da União Europeia e da Zona do Euro não teve como ser contida. Para isso, era preciso dinamizar as forças produtivas, e colocá-las em um patamar muito superior ao crescimento negativo e à estagnação. A ruptura da Inglaterra, com o Brexit, expôs a dimensão da fratura aberta pela hecatombe de 2008-2009.

Segundo o relatório do FMI, de outubro, a queda no crescimento na maioria dos países indica novas turbulências mundiais. Tudo aponta para a conclusão de que se esgotou o período de uma década em que os ajustes, coordenados pelas potências, permitiram evitar o desmoronamento generalizado do sistema financeiro, e o avanço das quebras industriais e comerciais. O respiro da economia global, depois da recessão de 2009, serviu às potências para retomarem a ofensiva sobre os países semicoloniais. Não teve, porém, como alterar o curso da crise de superprodução. Não foi possível sustentar o alto crescimento da China, bem como o da Índia. Na América Latina, Argentina e Brasil, principalmente, suas indústrias foram arrastadas pela quebra mundial de parte das forças produtivas. Os países que dependem quase que exclusivamente das commodities se viram pressionados pelo brutal atraso de suas forças produtivas. De conjunto, o continente latino-americano enfrenta um período de depressão econômica.

As pressões das potências, em particular, dos Estados Unidos sobre a China, alimentam os fatores negativos que forçam a redução de seu crescimento, que se encontra debilitado. As válvulas de respiro, abertas com o processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, Leste Europeu e China, já não funcionam suficientemente como respiradouros dos interesses do imperialismo. Principalmente quanto à China, a abertura de suas fronteiras deu passagem ao capital monopolista, que aproveitou as novas condições para realizar a superexploração da imensa força de trabalho, e sustentar a taxa média de lucro em queda. Essa etapa da restauração se estreitou com a crise de superprodução.

A guerra comercial que vinha se desenvolvendo, sob a política de Barack Obama, sob o multilateralismo, e que implicava

negociações e acordos promovidos por meio dos organismos mundiais, veio abaixo com o esgotamento das medidas que evitaram uma destruição ainda maior das forças produtivas, após a recessão de 2009. Trump refletiu a necessidade dos Estados Unidos de se aproveitarem de sua hegemonia, para adiar a queda interna e proteger o capital financeiro, obrigando as semicolônias a rebaixarem suas fronteiras nacionais, e a promoverem a desnacionalização.

Ao mesmo tempo, a diretriz de Trump, sob a bandeira nacional imperialista de "América em Primeiro Lugar", abriu áreas de conflito com as demais potências, para que compartilhassem com recursos na expansão da indústria militar, e abrissem caminho às multinacionais norte-americanas, bem como às commodities agrícolas. A declarada guerra comercial à China veio acompanhada de rompimentos de acordos (Irã, Acordo de Paris, Blocos Econômicos).

A relativa estabilidade governamental de Obama foi substituída pela instabilidade de Trump. A diretriz protecionista e o desprezo com os organismos internacionais (OMC, ONU, OTAN) impulsionaram as divergências interburguesas internas, assentadas nos conflitos interimperialistas. As consequências negativas para setores do grande capital norte-americano potenciaram os choques internos, o que vêm dificultando a ofensiva externa, principalmente em relação à China, cujo processo de restauração estabeleceu uma considerável interdependência, o que, no marco do estreitamento do mercado mundial, vem provocando abalos cada vez mais amplos.

A necessidade do grande capital de descarregar a crise sobre o proletariado e os demais explorados não tem como ser resolvida, sem que os governos se choquem com as massas. A resistência dos explorados na Europa Ocidental vem recrudescendo, tendo à frente os protestos e greves na França. Nos Estados Unidos, foi sintomática a greve metalúrgica na General Motors. O que modifica a situação em que as lutas se restringem à classe média empobrecida, às camadas negras mais oprimidas, e aos imigrantes duramente perseguidos.

Nesses três anos de governo, Trump pôde exibir um crescimento dos Estados Unidos por 120 meses contínuos, revertendo os descabros do desemprego, que chegou a alcançar a taxa histórica de 10,2%, em 2009. A explicação do governo se baseia no rebaixamento dos impostos, juros baixos e medidas protecionistas. Foi e é fundamental para sua política exterior, ter êxito em sua própria casa. O que a política de Trump já não pode garantir. Depois da crise de 1929, a de 2008-2009 se projetou como a maior após a 2ª Guerra Mundial. A mais poderosa potência se valeu de fartos recursos e artificialismos financeiros para se reabilitar. O mundo inteiro teve de apoiar esse feito. Assim se passou com Obama, e assim se passa com Trump. A classe operária mundial e as nações semicoloniais - destacam-se os milhões de chineses entregues à exploração das multinacionais - arcaram com a des-

truição de postos de trabalho, as contrarreformas e o aumento da pobreza e miséria. É nessas condições que Trump desfechou um duro programa de contenção da imigração. Obrigou o governo do México, que capitulou sob a ameaça de retaliação econômica, a reprimir a marcha dos imigrantes latino-americanos.

Tudo indica que, se a avaliação do FMI estiver correta, os meios utilizados por Trump para reabilitar a economia americana já não alcançam os mesmos efeitos. Não é possível sustentar o crescimento interno nas condições em que a maioria dos países converge para a desaceleração e queda econômica. Sem um amplo impulso nas forças produtivas mundiais, os Estados Unidos fatalmente afundam na decomposição capitalista. Nisto reside o limite do protecionismo nacionalista, concebido pelo governo republicano de Trump. A extrema dificuldade das potências em superar a crise aberta em 2008 indica a permanência do excesso de capacidade produtiva, o estreitamento do mercado mundial, as particularidades dos impasses em cada país, a inviabilidade de soluções regionais duradouras, as pressões da composição orgânica do capital sobre a taxa de lucro médio dos monopólios, bem como a resistência das massas, que aprofundam a luta de classes. Os Estados Unidos continuam no epicentro da crise mundial, como se pode constatar.

Observa-se que as medidas protecionistas, que adotam alguns países contra outros, tensionam suas relações e exacerbam a guerra econômica.

Na época presente, as forças produtivas alcançaram extraordinária dimensão mundial, sua capacidade produtiva não pode ser contida dentro das fronteiras nacionais, sua própria existência depende de sua projeção no mercado mundial, daí que as medidas protecionistas adotadas pelas metrópoles imperialistas sejam insustentáveis a longo prazo. São ações conjunturais para tentar apaziguar momentaneamente a pressão econômica externa e o mal-estar social interno.

Ao contrário do que significam as medidas protecionistas aplicadas por uma nação oprimida, que são medidas anti-imperialistas, voltadas a se defender do saque e da exploração capitalistas, o protecionismo, como política aplicada por um país imperialista, tem um conteúdo profundamente reacionário, expressa que a concorrência entre as metrópoles imperialistas, pela divisão e controle da economia mundial, chegou a um ponto em que se torna vital para a sobrevivência e expansão das forças produtivas de uns em relação ao espaço vital de outros. É uma política voltada a precipitar a quebra das economias mais débeis, a destruição das forças produtivas dos países semicoloniais em benefício das metrópoles imperialistas, e para pressionar as economias de outras potências a ceder posições e dar espaço à expansão das forças produtivas. O imperialismo leva em suas entranhas a tendência a transformar a guerra comercial em guerra bélica. A diplomacia e a negociação de acordos comerciais não são mais que adiamento da confrontação, para continuar avançando na tomada de posições mais vantajosas para a próxima confrontação.

Lênin explica que no período de transição do capitalismo para sua fase imperialista, a necessidade de reverter a tendên-

cia à queda da taxa média de lucro, consequência inevitável do desenvolvimento das forças produtivas, leva a burguesia a exportar o capital financeiro aos países coloniais e semicoloniais, em busca de mão-de-obra e matérias-primas baratas, estabelecendo zonas de influência e dividindo o mundo segundo as forças e capacidade econômica e bélica de cada potência imperialista. A expansão das forças produtivas, obtidas por esta via, rapidamente, leva algumas potências a se chocarem com outras, exacerbando a guerra econômica, às vezes franca e aberta, e outras vezes velada, e sempre levando à ameaça da confrontação bélica.

Estamos na presença de um cenário de características similares àquelas em que se viveu no marco da grande depressão e crise econômica da década de 1930, que desatou a guerra comercial, com medidas protecionistas adotadas pela Alemanha, contra Inglaterra e EUA, e vice-versa. As medidas adotadas não afastaram a crise, e a solução da guerra comercial se deu com a nova divisão do mundo, imposta pelas potências vencedoras da II Guerra Mundial.

A necessidade de valorizar o capital em tais condições impõe à burguesia imperialista a urgência de atacar as conquistas sociais das massas. Hoje estamos diante do fato de que, para reverter a tendência à queda da taxa média de lucro, o capital financeiro imperialista, assentado nos países semicoloniais, tem de impulsionar a precarização das condições de trabalho do proletariado, rebaixando salários, cortando ou anulando benefícios sociais, etc. Isso não só nos países atrasados e semicoloniais, mas também na própria metrópole imperialista. As políticas de perseguição aos imigrantes pressionam à redução dos salários, não só dos imigrantes, mas da própria mão-de-obra formal, o fomento do racismo serve a esses fins, divide o proletariado e os explorados em benefício da superexploração da força de trabalho por parte do capital financeiro.

A burguesia está diante da urgência de superar a superprodução do período precedente. Por esse motivo, vem descarregando todo seu peso sobre os países pobres, sobre os operários e as massas oprimidas, tanto da metrópole, como dos países semicoloniais. Aqui o problema não é quem paga, e sim quanto paga cada um, para que a burguesia imperialista saia de sua crise, e as massas têm demonstrado que não estão dispostas a baixar a cabeça facilmente. A situação política mundial tende a ir aos extremos da luta de classes.

Os governos são empurrados a atacar ainda mais a força de trabalho, e a restringir as liberdades políticas das massas, em geral, e das minorias, em particular. O conjunto das nações ficou mais pobre, mais carregado de dívidas, e comprometido em intensificar as condições de exploração do trabalho assalariado, por várias gerações. Potenciam-se, assim, as convulsões internas.

2.A GUERRA COMERCIAL E O IMPASSE DAS POLÍTICAS IMPERIALISTAS

Os prognósticos assinalados nos documentos Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), no sentido de que a recente expansão econômica mundial seria breve, se

“
Ao contrário do que significam as medidas protecionistas aplicadas por uma nação oprimida, que são medidas anti-imperialistas, voltadas a se defender do saque e da exploração capitalistas, o protecionismo, como política aplicada por um país imperialista, tem um conteúdo profundamente reacionário, expressa que a concorrência entre as metrópoles imperialistas, pela divisão e controle da economia mundial, chegou a um ponto em que se torna vital para a sobrevivência e expansão das forças produtivas de uns em relação ao espaço vital de outros.

confirmam. Em janeiro de 2019, o FMI apontou que um dos principais fatores para a contração é a guerra comercial, desencadeada entre os Estados Unidos, União Europeia e China.

A contração da economia chinesa – todos os prognósticos indicam que este ano se registrará o crescimento mais baixo da última década – se reflete amplamente em todo o mundo. É notável a perda do curto fôlego da recuperação da Europa e dos Estados Unidos. O que, por sua vez, reforça as tendências de queda na China e Índia. O Japão, há tempo, padece da estagnação.

Está aí por que o Banco Mundial, no seu comunicado de julho/19, rebaixou em 0,5% as expectativas de crescimento da economia mundial, para 2020. E o FMI expressou sua preocupação, diante da acelerada deterioração das condições econômicas mundiais.

É nessas condições gerais que a unidade econômica europeia está em franco retrocesso. O imperialismo norte-americano, no marco da guerra comercial, vem empurrando a desintegração da comunidade econômica europeia. O Brexit lhe serve de ponta de lança para esse processo. A resistência, por parte da burguesia inglesa, a acelerar sua aplicação, resulta da evidência de que a economia da ilha, seja qual for a forma de sua aplicação, acabará afetada, perdendo peso econômico e importantes mercados. A burguesia inglesa não encontra a fórmula apropriada para sair do impasse.

O processo de restauração capitalista na China se produz no período de esgotamento da divisão econômica mundial derivada da II Guerra Mundial. A vertiginosa expansão econômica chinesa tem como base a superexploração da força de trabalho, e a preservação do controle estatal nas mãos do Partido Comunista Chinês dos ramos fundamentais da economia e do comércio exterior. Em grande medida, a atual potenciação da economia chinesa resulta dos acordos chino-norte-americanos da década de 1970, acordos realizados no marco da “guerra fria”, e que obedeciam à pretensão do imperialismo norte-americano de usar os chineses como freio contra a expansão soviética. Hoje, a China, transformada em uma potência econômica mundial, rivaliza com os interesses de importantes setores do capital financeiro norte-americano.

A guerra comercial, desfechada pelo governo Trump, para obrigar os chineses a ceder espaço à produção e mercadorias norte-americanas, poderá obter certas concessões, mas sob nenhuma circunstância superar as contradições estruturais, resultantes do choque entre as forças produtivas superdesenvolvidas e o estreitamento do mercado. Em outras palavras, resultantes do choque entre o modo de produção, baseado no trabalho socializado e na máquina que se robotiza, e o modo de troca, baseados na grande propriedade privada burguesa, na apropriação individual e privada do produto social. Os acordos comerciais e diplomáticos, firmados entre China e EUA, estão longe de superar as contradições econômicas estruturais derivadas do desenvolvimento das forças produtivas, que se chocam com as fronteiras nacionais e o estreitamento do mercado.

Nos EUA, o que inicialmente parecia um êxito da política protecionista de Trump, o crescimento do emprego, hoje se transforma no seu contrário, se vê freado pelas consequências internas que tem sua própria política de aplicar fortes taxas aduaneiras aos produtos importados da China e outras latitudes, e que servem de insumos para a produção estadunidense. Os custos de produção encarecem, o que desacelera a economia e vai contra os salários e empregos no país.

É sintomático que empresas chinesas e europeias anunciasssem que os investimentos programados pelos EUA seriam levados ao México ou a países asiáticos, como Vietnam.

No marco da crise aberta em 2008 e do agravamento das contradições do domínio imperialista, o governo Trump vem fracassando, tanto em matéria de política interior como exterior. Fracassou na pretensão de dismantelar a política de saúde do Obamacare, não conseguiu a aprovação de financiamento para a construção do muro contra o México. Em matéria de política exterior, a administração Trump reconhece o fracasso de sua intervenção na Síria e no Iraque, que momentaneamente lhes permitiu elevar os preços do petróleo. O Brexit, apesar das pressões da administração de Trump, não avançou com a velocidade que interessava ao imperialismo norte-americano. O novo tratado comercial, assinado entre Canadá, México e EUA em substituição ao TLCAN, não materializou as ameaças do endurecimento de medidas protecionistas extremas anunciadas. Apenas se elevou de 64% para 70% a obrigatoriedade de usar insumos dos países membros do acordo, reduzindo o limite de tolerância de componentes externos a 30%, na fabricação de produtos da região para que esses produtos não recebessem punições tarifárias. Isso como consequência das pressões internas dos capitalistas norte-americanos, que se viram gravemente afetados pelas taxas aduaneiras elevadas, que não lhes permitiriam tirar vantagem da mão-de-obra barata mexicana. A arremetida contra a empresa chinesa HUAWEI terminou em uma vergonhosa retirada, diante das pressões internas das empresas norte-americanas, que se viram gravemente afetadas pelas medidas da administração Trump. A administração Trump não conseguiu o consenso político mundial suficiente para desfechar uma intervenção militar direta contra a Venezuela, o que não reduz a importância do cerco econômico, que tem levado o país a uma profunda crise. É enorme a importância, nesse quadro do intervencionismo norte-americano, a ruptura do acordo com o Irã, cujo cerco econômico-financeiro atinge os interesses dos monopólios europeus e, inclusive, japoneses.

As multinacionais imperialistas migraram para a China e para outros países, buscando mão-de-obra barata. As medidas protecionistas, adotadas por Trump, para benefício de um determinado setor da burguesia norte-americana, acabam prejudicando os interesses de outro setor do capital financeiro imperialista, conflito que se reflete nas profundas disputas e divergências políticas que dividem as diferentes frações da política norte-americana, não só entre democratas e republicanos, mas no interior do próprio partido republicano. Nesse contexto, destaca-se o início e desenvolvimento do “impeachment” (julgamento político) contra o presidente Trump, por atos de traição e abuso de poder, impulsionado pelos Democratas da Câmara baixa. O crescente mal-estar interno nos EUA se acentuará pela contração da economia norte-americana, tudo indica que a política da administração Trump está esgotada. Não tem possibilidades de superar circunstancialmente a crise capitalista, e muito menos de revertê-la, inaugurando um longo período de expansão econômica relativa, como o que teve lugar depois da II Guerra Mundial, por exemplo. As medidas adotadas acabam voltando-se contra seus executores, acentuando a crise e as tendências recessivas.

Os fracassos da administração Trump não implicam que tenha desaparecido a necessidade da burguesia imperialista, de realizar uma massiva destruição das forças produtivas e, nessa medida, impulsionar uma conflagração bélica contra quem não queira ceder espaço à expansão imperialista norte-americana. A ponta de lança desse processo é a guerra comercial, desfechada entre as potências imperialistas. A questão é que as tendências bélicas, racistas e fascistas mais radicais no interior do partido

republicano, e na burguesia imperialista norte-americana, não conseguiram impor-se, por falta de condições propícias internas e externas, não só pelas disputas entre frações da burguesia imperialista, mas, principalmente, pelo ânimo das massas, que não estão dispostas a arcar com a destruição de suas condições de vida em benefício do grande capital financeiro imperialista. O ascenso das massas, que marca o período, não foi contido, muito menos derrotado. As vigorosas greves dos operários da indústria automobilística norte-americana, que receberam o apoio de professores, trabalhadores do comércio e outros, são mostra disso.

O problema está em saber que outra política teria a burguesia norte-americana diante dos impasses da diretriz de Trump. A nova diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva, recomenda respeitar as instituições mundiais, e pacificar o mercado, indicando que a “guerra de tarifas” pode resultar em queda do PIB mundial de até 0,8%, e levar a “choques financeiros”. A fórmula seria voltar à diretriz do “multilateralismo”, que melhor expressa a “cooperação” entre as nações, na realidade, entre as potências. Trump não recorreu arbitrariamente à guerra comercial, que caracteriza o capitalismo, principalmente na época imperialista. Os poderosos choques de interesses expressam as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção monopolistas, bem como entre aquelas e as fronteiras nacionais. Mesmo em situações em que as potências se dispõem a cooperar, não cessa a guerra comercial, tão somente oculta a sua virulência. Caso se reabilitasse o “multilateralismo”, seria para favorecer a maior potência, oprimir ainda mais as semicolônias, impor à China e à Rússia novas condições de subordinação à economia mundial, e para planejar a destruição maciça de forças produtivas excedentes. É preciso que a classe operária e sua vanguarda observem, sob os impasses da política de Trump, a agudização das tendências bélicas. A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais foram o caminho percorrido pelo imperialismo, diante da crise e do esgotamento da partilha do mundo.

“*É preciso que a classe operária e sua vanguarda observem, sob os impasses da política de Trump, a agudização das tendências bélicas. A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais foram o caminho percorrido pelo imperialismo, diante da crise e do esgotamento da partilha do mundo.*”

As políticas aplicadas pelos governos imperialistas vêm empurrando a economia mundial para um descalabro cada vez maior, em que o resultado é uma crescente destruição das forças produtivas, em particular da força de trabalho. O dilema é que, no marco dos ritmos da guerra comercial, e dos acordos comerciais e diplomáticos, a destruição produzida não alcançou o volume suficiente, que desse uma margem de expansão mais ampla e duradoura, como a que resultou depois da descomunal destruição e carnificina da II Guerra Mundial.

Neste cenário, em que as forças produtivas não encontram espaço para expandir-se, as “desavenças” entre as potências imperialistas só podem resolver-se na base da submissão de umas às outras, o que implica que uma potência limita sua expansão econômica em benefício da outra. As forças produtivas superdesenvolvidas se chocam com as fronteiras nacionais, sua existência depende de sua projeção para a economia mundial e, nessa medida, a confrontação imperialista tende para a conflagração bélica. Todo conflito regional de importância contém os elementos ger-

minais de uma confrontação mundial. Nesse sentido, a burguesia imperialista necessita gestar as condições políticas para sustentar ações mais agressivas e ditatoriais.

Essas conclusões, assinaladas nos documentos do CERQUI, se veem plenamente confirmadas pelo desenvolvimento dos acontecimentos:

1. Vivemos a época do capitalismo monopolista, em sua fase de desintegração. As forças produtivas deixaram de crescer, e se desintegram, ao se chocarem com as relações capitalistas de produção, baseadas na grande propriedade privada burguesa; seu desenvolvimento integral é impossível nas atuais condições. A sobrevivência do capitalismo só é possível com base na periódica destruição de forças produtivas, principalmente de força de trabalho.
2. A divisão do mundo, realizada no final da II Guerra Mundial, se esgotou. Não há espaço para a expansão do comércio e o desenvolvimento industrial, sem que isso implique chocar com a expansão de outra potência econômica. O choque interimperialista cresce; a guerra comercial e os preparativos bélicos se exacerbam.
3. As medidas circunstanciais de ajuste monetário e fiscal, os acordos diplomáticos e tratados comerciais, não são suficientes para inaugurar um período amplo de expansão do comércio mundial. A burguesia vem oscilando, entre medidas que implicam uma política protecionista e de maior intervenção estatal, para frear a falência das grandes corporações e entidades financeiras, para depois afrouxar os controles para uma maior liberação das forças cegas do mercado e, novamente, retornar aos controles estatais. Nenhuma das medidas adotadas tem sido capaz de frear a decomposição econômica, derivada da crise de superprodução.
4. A burguesia e o imperialismo, no afã de reverter a tendência à queda da taxa média de lucro, não tem outro remédio, a não ser intensificar a exploração da força de trabalho, através da precarização das condições de vida e trabalho do proletariado e das massas trabalhadoras. Rebaixar o valor da mercadoria força de trabalho é um imperativo para a sobrevivência do grande capital.
5. Dado que a destruição parcial das forças produtivas do período imediatamente precedente não foi suficiente para inaugurar um período relativamente amplo de expansão dos negócios para a burguesia imperialista, o caráter cíclico da crise estrutural do capitalismo se acelera. Não terminaram de consertar os estragos, ocasionados pela crise de 2008/2009, quando sobrevém outra quebra financeira, outra crise, seguida de outro descalabro, e assim sucessivamente.

3. COMO A GUERRA COMERCIAL ENTRE CHINA E OS EUA AFETA A AMÉRICA LATINA

A burguesia latino-americana vem oscilando entre os polos da guerra comercial imperialista. Para as maiores economias latino-americanas (Brasil, Argentina, México, etc.), a China se tornou em principal sócio comercial; apesar disso, a poderosa pressão do imperialismo norte-americano leva os governos da região a adotarem ações contrárias aos seus próprios interesses econômicos.

Para os trabalhadores, a exploração de sua força de trabalho, por parte das empresas chinesas, se apresenta como um endurecimento de suas já péssimas condições trabalhistas e salariais. Os abusos, ou não respeito às leis trabalhistas de proteção, as práticas despóticas, etc., os levam a se chocar com os padrões chi-

neses, e a comprovar, na própria pele, que o capital financeiro, independentemente da vestimenta nacional que use, seja norteamericano ou europeu, tem como propósito tirar o maior proveito possível da exploração da mão-de-obra barata, e do saque dos recursos naturais. Os países em avançado processo de restauração capitalista (Rússia e China) constituem o outro lado da guerra comercial, e procuram manter as posições comerciais já conquistadas. A guerra comercial vem junto com medidas voltadas a precarizar as condições de trabalho. Sobre essa base (baratear os custos de produção às custas da destruição física da força de trabalho) é que um concorrente procura se impor sobre o outro.

A América Latina pagará os pratos quebrados da guerra comercial. Isso já vem acontecendo, com a queda dos preços das matérias-primas, com a invasão de mercadorias baratas, que afogam a indústria nacional, que não pode competir com elas, fechando postos de emprego, e acentuando as tendências recessivas na economia. Ainda que alguns setores da economia e alguns países em particular, México, por exemplo, possam ser favorecidos, circunstancialmente, por um maior investimento estrangeiro direto, isso não modifica a tendência geral de contração da economia mundial, e a necessidade da burguesia imperialista de provocar uma massiva destruição de forças produtivas, que permita sobreviver e valorizar o grande capital financeiro imperialista. A disputa entre as potências imperialistas, por cada pedaço da economia latino-americana, trará consigo crises políticas, sociais e econômicas. O proletariado latino-americano está com a palavra. Cabe-lhe impedir que as burguesias nacionais - cujo caráter entreguista e vende-pátria está fora de dúvida -, juntamente com as potências imperialistas, destrua ainda mais as condições de vida dos povos latino-americanos.

4. CONSEQUÊNCIAS DO ESGOTAMENTO POLÍTICO DOS GOVERNOS BURGUESES NACIONAL REFORMISTAS

As perspectivas econômicas para a América Latina não são alentadoras, igualmente para com o resto do mundo, os prognósticos têm sido ajustados para baixo.

A impostura dos supostos governos “socialistas”, “progressistas” ou “revolucionários”, perdeu sustentação. A renda extraordinária da região, como consequência do período de preços altos das matérias-primas, terminou. A América Latina sofre as consequências da recessão e da crise econômica mundial.

Os problemas estruturais da economia latino-americana estão muito longe de terem sido superados depois do auge econômico recente. A renda extraordinária da região, consequência dos preços altos das matérias-primas, não resultou em um impulso ao desenvolvimento capitalista integral da América Latina. A razão está em que, sob os governos, supostamente “revolucionários” do “Socialismo do Século XXI”, os ramos fundamentais da produção na América Latina continuaram em mãos do capital financeiro imperialista. As multinacionais são as que se apossaram da maior parte do leão, no auge dos negócios do período recente. Isso, apesar de algumas tímidas ações estatizantes, por parte dos governos burgueses latino-americanos.

Na América Latina, o ciclo dos governos burgueses nacional

reformistas, autoproclamados indígenas, populares e de um suposto socialismo de novo tipo (Socialismo do Século XXI), está esgotado. Invariavelmente, esses governos acabaram mergulhados na mais escandalosa corrupção, chocando-se com as massas que até a véspera depositavam suas ilusões neles. A derrocada dos governos burgueses nacional-reformistas vem arrastando consigo toda a pretensa “esquerda” latino-americana. Estalinistas, socialdemocratas, nacionalistas de “esquerda”, e centristas de todo tipo, que alguma vez se reivindicaram do trotskismo, se afundam junto aos governos burgueses, que até a véspera, foram apresentados por eles como “progressistas”, e como a encarnação do avanço da “revolução” e do “socialismo”.

Os masistas, chavistas, petistas e correistas são desprezíveis impostores, uma vez que o socialismo é propriedade social dos grandes meios de produção. Socialismo é eliminação da grande propriedade privada burguesa. Não são socialistas, porque respeitam a grande propriedade privada; são vulgares reformistas pró-burgueses. Seu fracasso permitiu, por um momento, a arre-

metida da direita mais obscurantista, e do intervencionismo imperialista, como no caso venezuelano, em nome da defesa da democracia burguesa. Cabe assinalar aqui que, apesar do quanto repugnante que possa ser o governo de Maduro, estamos obrigados a sair em sua defesa diante do boicote e do intervencionismo imperialista do governo Trump nos assuntos internos da Venezuela.

O fracasso desses experimentos nacional-reformistas vem confirmar a tese marxista-leninista-trotskista, no sentido de que, na época de decadência e desintegração do capitalismo, não é possível esperar o desenvolvimento integral das forças produtivas, que permita superar

o atraso e a miséria crônica da região. No marco do respeito às relações capitalistas de produção, não há lugar para um desenvolvimento das forças produtivas que responda aos interesses das nações oprimidas, muito menos acreditando ser possível contar com a colaboração do capital financeiro imperialista.

A queda desses governos burgueses, supostamente de “esquerda”, não implica uma derrota das massas, como o reformismo pretende fazer crer. Pelo contrário, os novos governos direitistas, saídos das urnas, graças ao respaldo eleitoral, derivado do mal-estar social da classe média descontente, na ausência da estratégia política da classe operária, são governos cuja estabilidade se apoia na colaboração da burocracia sindical, e que pretendem resolver sua debilidade política recorrendo a formas ditatoriais. Mais cedo do que tarde, se enfrentam com as massas, que não estão dispostas a aceitar a fatura da crise. Esses governos se veem obrigados a endurecer e acentuar as ameaças e suas formas repressivas, como o único meio para manter as rédeas sobre o proletariado e as massas oprimidas. Diferentemente de seus predecessores, não contam com um capital político de ilusões das massas, no sentido de que eles realizarão grandes transformações sociais, que juntamente trarão a libertação nacional e social dos explorados.

A realização plena dos planos autoritários e até fascistas da burguesia tropeça no fato de que as massas, em geral, e o proletariado, em particular, não foram fisicamente derrotados. O que não implica que mais adiante isso possa acontecer.

“*Na América Latina, o ciclo dos governos burgueses nacional reformistas, autoproclamados indígenas, populares e de um suposto socialismo de novo tipo (Socialismo do Século XXI), está esgotado. Invariavelmente, esses governos acabaram mergulhados na mais escandalosa corrupção, chocando-se com as massas que até a véspera depositavam suas ilusões neles.*”

5. A CONVULSÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA É UM REFLEXO DA AGUDIZAÇÃO DA CRISE E DO ESGOTAMENTO POLÍTICO DOS GOVERNOS BURGUESES, TANTO DE DIREITA COMO DE "ESQUERDA" REFORMISTA

Confirmando os prognósticos feitos pelo CERQUI, a América Latina atravessa um período de convulsão social. As massas ganham as ruas para enfrentar as políticas antioperárias, antipopulares e pró-imperialistas, aplicadas pelos governos de plantão. Os governos burgueses direitistas, francamente neoliberais, como os do Chile, Peru e Colômbia, enfrentam vigorosas mobilizações. Mobilizações que caminham no sentido de derrubar as políticas pró-imperialistas desses governos. Ao mesmo tempo, os governos nacional-reformistas, como Bolívia, Nicarágua, Venezuela, etc., se chocam com as massas descontentes, que se dão conta de que a impostura desses governos não passa de uma máscara de suas políticas pró-imperialistas e antioperárias, semelhantes às dos governos neoliberais. No Brasil, Argentina e Bolívia, os governos direitistas e cingidamente pró-imperialistas, que saíram das urnas, muito rapidamente se confrontaram com as massas, que não estão dispostas a aceitar que a burguesia lhes passe a fatura da crise capitalista. No Equador, a divisão no correísmo expressou a necessidade do governo nacional-reformista assumir claramente posições pró-imperialistas, que o levou a se chocar com a maioria oprimida. Na Argentina, a volta ao poder peronismo não resultará em uma mudança substancial na necessidade da burguesia de continuar aplicando medidas antioperárias e pró-imperialistas. Essas oscilações políticas das massas mostram o problema do vazio e/ou debilidade da direção revolucionária no continente.

A agudização da luta de classes na América Latina é reflexo da agudização da crise econômica estrutural do capitalismo, do choque das forças produtivas com as relações de produção capitalistas dominantes no continente. E, por sua vez, evidencia o fato do esgotamento político dos governos, tanto de direita como de esquerda nacional-reformista, cujas ações, marcadas pelo extremo servilismo e submissão ao capital financeiro imperialista (multinacionais), são incapazes de afastar as consequências da crise, descarregada sobre as massas e, em particular, sobre o proletariado, que vem sendo provocado e obrigado a ganhar as ruas.

As mobilizações radicais das massas refletem as particularidades de cada país, de sua evolução política, do grau de amadurecimento da consciência de classe e das relações de classes peculiar de cada região, na medida em que evidencia os traços comuns e problemas similares da luta anti-imperialista e anticapitalista das massas operárias e populares do continente. No marco desta agudização da luta das massas, emerge com novo vigor o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, como a única via possível para derrotar o imperialismo e projetar-se para a sociedade comunista.

6. A LUTA DAS MASSAS E O PROBLEMA DA DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA MUNDIAL

Em todo o mundo, as massas exploradas e o proletariado, em particular, dão sinais claros de que não estão dispostos a aceitar que a burguesia descarregue a crise econômica estrutural sobre seus ombros. As massas enfrentam as medidas econômicas dos diferentes governos burgueses com virulência. Os fatos confirmam nosso prognóstico no sentido de que a tendência dominante do período é o da agudização da luta de classes, onde o proletariado se vê empurrado a ganhar as ruas, para evitar que seja

destruído fisicamente pelas políticas dos governos burgueses direitistas, reformistas ou populistas. O choque entre as relações capitalistas de produção e as forças produtivas se agudiza.

As massas lutam sob as direções que comparecem no momento. Mais do que nunca se torna evidente a traição do estalinismo e dos reformistas de todo tipo, que passaram com armas e bagagens a apoiar os governos burgueses nacionalistas e reformistas, executores, junto com a burguesia, das medidas antioperárias, antipopulares e pró-imperialistas. Juntamente com o fracasso e falência desses governos burgueses, disfarçados de "socialistas e populares", afundam os estalinistas, os reformistas, e os centristas seguidistas que em algum momento se reivindicaram do trotskismo. O estalinismo está esgotado como instrumento de contenção das lutas das massas, servindo tão somente de força auxiliar ao reformismo contrarrevolucionário. Em todas essas lutas, se evidencia a crise da direção revolucionária do proletariado, seja por debilidade ou ausência.

A agudização da luta de classes, a quebra política das direções tradicionais do movimento operário e popular, ao lado do desmoronamento dos governos burgueses reformistas e de direitistas, abre um período favorável para o avanço das posições do CERQUI. O problema da crise da direção revolucionária se coloca hoje em novos termos, com novos e maiores desafios políticos e organizativos.

7. MUDAM AS CONDIÇÕES PARA RESOLVER A CRISE DE DIREÇÃO PROLETÁRIA

As políticas antioperárias de ajuste, implementadas por todos os governos burgueses, voltadas a precarizar as condições de trabalho e que descarregam o peso da crise sobre a classe operária e as massas exploradas, vem empurrando o proletariado a ganhar as ruas, e resistir por meio da ação direta. As recentes mobilizações da classe operária e da pequena burguesia oprimida na França, Chile, Colômbia, Peru, Argentina, México, Estados Unidos e Canadá expressam as profundas tendências da luta de classes mundial. O proletariado não está disposto a aceitar docilmente que a burguesia descarregue a crise sobre seus ombros. Não vivemos um período de direitização das massas, pelo contrário, vivemos um período onde a tendência dominante é a de agudização da luta de classes.

O proletariado, premido pela crise, se abre às ideias revolucionárias. Vê com simpatia os agitadores, que trazem ideias revolucionárias, comunistas. Na América Latina e no mundo, a classe operária procura, instintivamente, uma saída revolucionária para a crise capitalista. O cenário se apresenta favorável ao desenvolvimento das posições revolucionárias, com a condição de que exista o núcleo do partido-programa, e que esteja voltado a penetrar na classe operária em seu país.

Nos países em que a classe operária ganha as ruas, para enfrentar os governos de plantão, arrasta atrás de si a pequena burguesia, os estudantes e intelectuais da classe média. Na ausência do proletariado, a classe média, em seu desespero, diante do agravamento da crise, tende a adotar posições reacionárias, e até pró-fascistas, convertendo-se em instrumento de poder das correntes direitistas e abertamente pró-imperialistas. Essa tendência da classe média, passada a breve experiência com os opressores, novamente oscila para o proletariado, principalmente quando os governos a serviço do grande capital financeiro, que receberam seu apoio na véspera, atacam mais durante as condições de vida das massas e da própria classe média.

Invariavelmente, em cada arremetida do proletariado e dos

oprimidos contra a burguesia e seus governos, se faz mais que evidente a crise da direção revolucionária, seja por sua ausência ou por sua debilidade e/ou inexperiência política e organizativa. O atraso da revolução proletária favorece o avanço da barbárie.

A “tática política” dos centristas e revisionistas, que em palavras se identificam com o trotskismo, e que, no recente período caracterizaram os governos burgueses, dirigidos pelo nacional-reformismo, de “progressistas”, colocada à prova, na situação política presente, acabou evidenciando que, pelo caminho do eleitoralismo, do “entrismo”, e da colaboração ou “apoio crítico” a supostos governos “populares”, não é possível pôr em pé um partido revolucionário.

O funcionamento da direção revolucionária internacional é um reflexo da maturidade e desenvolvimento das seções nacionais, de seu desenvolvimento programático, de seu grau de inserção nas massas proletárias e populares em seu país, e da atitude dos partidos para com o trabalho internacional, que resulta em sua compreensão do significado e importância de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, um objetivo que, hoje, só o coloca o CERQUI. As demais tendências, que alguma vez se reivindicaram da IV Internacional, abandonaram o objetivo de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, para substituí-lo por uma “Internacional dos trabalhadores” ou outro tipo qualquer de organização frouxa, com fins essencialmente democrático-eleitorais (socialdemocratas).

É preciso compreender que o Partido Mundial da Revolução Socialista e os membros de sua direção internacional respondem ao Congresso Internacional, hoje do CERQUI, que os elegeu e deu um mandato político programático. O funcionamento do Partido Mundial da Revolução Socialista não é de tipo federativo, mas o de um partido centralizado, baseado na democracia interna, que assegura, por este meio, sua ação unitária.

Cada seção nacional, por meio de sua direção central, planifica a discussão no interior das células partidárias, de todos os assuntos da política internacional, e da organização e funcionamento do CERQUI. Não se deve esquecer que a revolução é nacional, por sua forma, e internacional, por seu conteúdo.

8. O PARTIDO PROGRAMA

O POR Boliviano tem o mérito de ter conseguido penetrar na classe operária do país, e de formá-la no marco de claros princípios marxista-leninista-trotskistas, um fato reconhecido, mas nunca bem compreendido, por si próprio e por estranhos, dentro e fora do país.

A penetração do partido revolucionário no proletariado em cada país é um processo particular, que não se pode reproduzir exatamente igual em todas as latitudes. É um processo que segui-

rá as particularidades históricas próprias. No entanto, a condição para isso, depende da existência prévia de um núcleo que organize o partido-programa, e que trabalhe por penetrar na classe operária. Essa conclusão é extraída da experiência, em outras palavras, a redescobrimos por meio da experiência, o que nos permite compreender o sentido bolchevique-leninista do partido revolucionário e sua missão. É absurda a polêmica que contrapõe o “trabalho nacional” ao “trabalho internacional”, um complementa e potencializa o outro, quando é expressão política do instinto comunista da classe.

Só a partir do desenvolvimento desses partidos-programa, enraizados na classe operária de seu respectivo país, é possível avançar na solução efetiva da crise de direção revolucionária do proletariado, acertadamente identificada por Trotsky como crise da humanidade.

“*É preciso compreender que o Partido Mundial da Revolução Socialista e os membros de sua direção internacional respondem ao Congresso Internacional, hoje do CERQUI, que os elegeu e deu um mandato político programático. O funcionamento do Partido Mundial da Revolução Socialista não é de tipo federativo, mas o de um partido centralizado, baseado na democracia interna, que assegura, por este meio, sua ação unitária.*”

Os fatos confirmam que não há “atalhos” na tarefa de pôr em pé o partido revolucionário, entendido como partido-programa, capaz de dar expressão política consciente ao instinto comunista do proletariado. O desenvolvimento do programa da revolução em cada país é uma tarefa obrigatória se se quer fazer a revolução social que sepulte o capitalismo. Esse programa implica o conhecimento da realidade que se pretende transformar, das particularidades nacionais, que não são senão a refração das leis gerais do capitalismo em um contexto histórico, geográfico e cultural particular. A Internacional se nutre e se revitaliza, a partir do desenvolvimento desses partidos-programa, com a condição de que sejam capazes de penetrar e transformar o proletariado de seu respectivo país.

A tarefa fundamental do momento é ir ao encontro do instinto comunista do proletariado, para dar-lhe forma política consciente, ou seja, organizada no partido-programa, que transforme a classe operária em classe para si, capaz de tomar o poder, sepultar o capitalismo e pôr em pé a sociedade comunista.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

Balanço da recente queda do governo de Evo Morales

22 de novembro de 2019, atualizado em 11 de janeiro de 2020

Introdução

O governo do Movimento ao Socialismo (MAS) caiu como resultado da rebelião de amplos setores da população, em particular da classe média urbana, decepcionada em suas ilusões sobre a origem indígena-camponesa de Evo Morales, que abriria um verdadeiro “processo de mudança”, que colocaria fim à discriminação e ao racismo da burguesia brancóide, e atenderia às necessidades dos oprimidos.

Em vez disso, a classe média comprovou que o discurso indigenista, reivindicatório dos direitos nacionais dos povos originários, não passou de declaração de odem jurídica, e se esgotou no puro simbolismo; que os “esquerdistas” politiquieiros, provenientes da pequena burguesia reformista, em nome de um falso “socialismo”, desenvolveram a política de colaboracionismo com o imperialismo e a burguesia, que tinha de concluir com a submissão total à poderosa burguesia agroindustrial e das multinacionais, que têm sob seu controle a exploração de nossos recursos naturais.

O caráter burguês da política do governo do MAS foi se tornando cada vez mais evidente para as massas exploradas e oprimidas, até se revelar descaradamente pró-imperialista e pró-patronal, em todos os sentidos. Ao ponto de se converter na melhor carta do imperialismo e da burguesia agroindustrial do Oriente para as eleições de outubro. Por isso, a OEA avalizou a re-re-re-eleição de Evo Morales, em que pese o resultado do referendo de fevereiro de 2016.

Até esse momento, o governo do MAS havia se mostrado exitoso, na tarefa de garantir a estabilidade social e econômica para proteger os interesses da burguesia nacional e das multinacionais.

Mas, a corrupção generalizada no manejo da coisa pública, a arrogância e a prepotência de um Evo endeusado, embriagado pelo Poder, a não solução das condições de miséria da maioria, apesar do excepcional auge econômico, geraram um crescente repúdio na população. Repúdio que estourou ao se comprovar a fraude eleitoral, que a grande maioria da população já sabia que ocorreria.

Só então, o imperialismo e a burguesia agroindustrial do Oriente se deram conta de que Evo já não lhes era útil, e lhe retiraram seu apoio. A OEA, em que Evo confiava, acreditando que avalizaria a fraude, como o fez com o assunto de sua habilitação como candidato, agora o afunda, confirmando que houve fraude.

O êxito do movimento foi possível porque o governo do MAS já estava em agonia. Apesar de seus esforços por mobilizar as suas “organizações sociais” e os trabalhadores, por meio da burocracia sindical cooptada pelo governo, não obteve a resposta contundente que esperava. O motim policial, resultado do descontentamento da tropa pelas suas precárias condições de trabalho, permanentemente denunciadas pelas esposas dos oficiais e suboficiais da polícia, foi a estocada final para a derrocada do governo.

Ao grito de “Evo de novo?, Ovo, caralho!”, e sem a presença da classe operária no conflito, com suas próprias bandeiras revolucionárias, os setores mais conservadores da pequena burguesia capitalizaram politicamente a luta, em nome da unidade para recuperar a “democracia” e a “liberdade”, violadas pela ditadura do MAS, e foi assim como acobertaram o governo provisório ultradi-

reitista da Sra. Añez.

Alarmados diante do perigo de que a rebelião popular seguisse o curso da independência política frente à nova direita masista e à velha direita opositora, colocada no grande Cabildo Nacional da Paz, desde os Comitês Cívicos do Sul e do Comitê Cívico de Cochabamba, os opositores da velha direita, as chamadas plataformas cidadãs e os “democratas” de fachada do CONADE se aglutinaram o redor da figura do então presidente do Comitê Cívico pró- Santa Cruz, o fascista Luís Fernando Camacho, expressão da ultradireita fascista e racista, que se proclama nada menos como o enviado de Deus para tirar do poder o satânico governo de Evo Morales.

O fato de ter arriado a wiphala do edifício do Congresso, e queimado outras, foram atos que puseram à claras o conteúdo racista pequeno-burguês imerso neste movimento. Esse ato indignou profundamente a sensibilidade de setores camponeses e cidadãos de raiz indígena, especialmente na zona aymara, para os quais a wiphala é um símbolo sagrado de sua nacionalidade e o anúncio da volta da DEA ao Chapare, igualmente, pôs em pé de guerra os cocaleiros, e logo saíram à luta contra o novo governo, reclamando a volta de Evo.

Em todo esse conflito, a situação da classe operária é preocupante, esteve praticamente ausente, permaneceu como expectadora, sem uma fisionomia própria. No caso dos trabalhadores das minas estatais, a clara presença da juventude de classe média alta (brancoides), capitaneando as mobilizações contra o governo masista, e logo a favor do fascista Camacho, se tornou um argumento a favor do governo do MAS, apesar de que, quando este convocou os trabalhadores para saírem em sua defesa, só saíram sob pressão da burocracia da COB e da FSTMB, sem nenhuma convicção, para depois recuar aos seus distritos.

Cabe à classe operária, por sua condição de classe não proprietária, inimiga natural da burguesia e do imperialismo, encabeçar a luta contra o governo da velha direita, e o que possa resultar das eleições, levantando alto seu próprio programa revolucionário de libertação do país da opressão imperialista e da exploração burguesa. O que supõe sua total independência frente ao MAS e a todas as expressões políticas da burguesia.

Cabe aos revolucionários lutar no seio da classe operária, para derrotar a ideia de que, diante da disputa eleitoral na escolha entre a velha direita e o MAS, haveria de optar por este último, esquecendo que a política do MAS foi profundamente antioperária, pró-empresarial, como por experiência própria, se dão conta os trabalhadores fabris e os da mineração privada.

Chama a atenção que, até agora, a burocracia sindical, que se vendeu de corpo e alma ao governo de Evo Morales, permaneça sem que as bases se rebelem e os arranquem da direção dos sindicatos.

Não poderá haver uma luta consequente contra a velha direita sem independência política-sindical diante da burguesia como classe.

O imperialismo e a queda de Evo

Não há que perder de vista que os MASistas defenderam e defendem os mesmos interesses oligárquicos (transnacionais, la-

tifundiários, oligarcas cruzenhos, burguesia nacional) que Mesa, Camacho e o governo de Añez.

Alguns observadores estrangeiros assinalam que as ações de rua das últimas semanas, impulsionadas pelos MASistas, são expressão da “resistência burocrática” de quem não quer perder o controle do aparato do Estado. O problema não é tão simples, trata-se, na verdade, de uma tenebrosa manobra política, que procura preservar os privilégios de classe e espaços políticos dos novos ricos MASistas. Deliberadamente, têm tentado provocar enfrentamentos, para negociar, usando os mortos. Os MASistas se valem dos camponeses como bucha de canhão, para negociar parcelas de poder. Os tenebrosos planos MASistas têm encaixado perfeitamente com a mentalidade gorila do governo de Añez, que está seguro de que todo protesto social se resolve afogando em sangue os descontentes.

Afirmar que por trás de Añez está o imperialismo, e que por trás dos MASistas existe algum interesse “autenticamente” nacional, é equivocado. Pior ainda é acreditar que existe uma diferença qualitativa quanto à intensidade do entreguismo entre uns e outros. NÃO é causal que, durante o governo do MAS, o investimento estrangeiro direto alcançou os níveis mais altos das últimas duas décadas. O período em que as multinacionais imperialistas tiveram garantidos lucros extraordinários foi no governo de Evo Morales. É certo que o capital financeiro imperialista e o governo norte-americano estiveram por trás do governo do MAS, enquanto este aparecia como uma garantia de estabilidade social e controle dos setores sociais, particularmente do movimento operário. Isso explica o apoio da OEA, que é uma organização continental controlada pelos EUA, na habilitação de Evo Morales como candidato à presidência, apesar do resultado adverso do referendo de 2016. Quando estoura a rebelião popular contra o governo, depois da evidente fraude eleitoral, o imperialismo e a oligarquia latifundiária do Oriente concluem que o governo do MAS já não lhes servia mais, dão meia volta e ficam com o governo provisório.

Depois da queda do governo do neoliberal Gonzalo Sánchez de Lozada (MNR), em outubro de 2003, a burguesia nacional e o imperialismo norte-americano acreditaram que o índio no poder cobraria os 500 anos de opressão, seus setores mais recalcitrantes lançaram uma campanha de denúncia da suposta chegada ao poder de um “governo comunista”, que ameaçava a democracia burguesa e a propriedade privada. Não pararam de mentir, diante da evidência de que, por trás de Morales, já atuava a socialdemocracia europeia, por meio das ONGs que o financiavam, como cabeça de ponte do capital imperialista espanhol, suíço, sueco, alemão e outros. Organizaram a chamada “meia lua”, para conspirar e resistir à suposta ameaça “comunista” do índio presidente, levantaram as bandeiras de “autonomia regional”, do federalismo e inclusive a divisão do país. O MAS e, em particular, Evo Morales e García Linera, se esforçaram por acalmar os temores, sublinharam que eles queriam como “sócios”, e não patrões, as multinacionais imperialistas, que teriam todas as garantias de segurança e estabilidade para seus investimentos, convocaram os oligarcas latifundiários cruzenhos, e a burguesia nativa, a governar juntos, que lhes “ensinassem a governar”. Disseram, por seu lado, que controlariam os “excessos” dos trabalhadores. Seus discursos foram reforçados com enormes somas de dinheiro, e fabulosos contratos, postos à disposição dos empresários e com medidas legislativas de proteção ao latifúndio, aos investimentos estrangeiros, e com a manutenção dos níveis salariais abaixo do custo da cesta básica familiar e da inflação. Depois de um breve período

de vacilações, a burguesia nacional e o capital financeiro se deram conta de que não havia nenhuma “ameaça comunista”. A burguesia abandonou seus planos conspirativos, deixou desativados os “líderes” cívicos da ultradireita racista da “meia lua” e, paulatinamente, foi convertendo-se no principal suporte social do governo “indígena”, processo paralelo ao da ruptura cada vez maior das massas urbanas, principalmente, da classe média com o governo impostor, cuja orientação pró-burguesa se fazia cada vez mais evidente. Evo Morales ganhou a confiança plena da burguesia nacional e do capital financeiro imperialista. A velha direita foi derrotada. Ficou óbvio para a burguesia e o imperialismo, definir que, entre uma direita inútil e derrotada, era melhor apostar no governo indígena, que mostrava capacidade para encabrestar os explorados por trás de um projeto timidamente reformista burguês, e que durante 14 anos pôde controlar os camponeses, muitos setores proletários e o descontentamento da classe média pobre. As direções sindicais do movimento operário, dos camponeses e do magistério tinham sido totalmente estatizadas; as

“ *Agora é preferível, para o governo de Trump, um governo boliviano títere, que francamente siga suas instruções, sem as incômodas retóricas e poses anti-ianques barulhentas, mas inofensivas, de Morales.* ”

organizações dos indígenas de zonas baixas, dos produtores de coca dos Yungas pacenhos, etc., sofreram intervenção, utilizando um cínico paralelismo; estava disposto e desfechava duros golpes contra as conquistas fundamentais dos trabalhadores, e se empenhava firmemente em descarregar o peso da crise econômica sobre as costas da maioria nacional, para pôr a salvo os interesses da empresa privada e das multinacionais.

Em dias recentes, o governo de Trump, circunstancialmente, se alinhou com o novo governo de Añez, já que Evo não lhe serve mais, por considerações de interesse hemisférico geral, no marco de sua disputa com os chineses e russos, (o governo russo, diga-se de passagem, já reconheceu o governo de Añez). Agora é preferível, para o governo de Trump, um governo boliviano títere, que francamente siga suas instruções, sem as incômodas retóricas e poses anti-ianques barulhentas, mas inofensivas, de Morales. Os ianques sempre souberam que Morales jamais representou uma ameaça para o imperialismo norte-americano, sabem que o governo do MAS foi um governo defensor do capital financeiro imperialista (multinacionais), que chamou de “sócios”. Fazer a concessão de uma suposta diferença qualitativa entre o governo de Añez e o ex-governo de Morales, em relação ao conteúdo de sua política frente ao imperialismo, é o que os MASistas necessitam para alentar, para dar a impressão de que eles foram atacados pelo imperialismo, em consequência de sua falsa “nacionalização”, e da desmedida ambição de saque das multinacionais, assim pretendem alimentar o mito de um suposto governo anti-imperialista dos pobres, vítima das ambições obscuras dos ricos e poderosos. Não podemos fazer essa concessão. Não podemos servir ao jogo de livrar a cara dos impostores.

Há uma campanha internacional, de todos os governos social-democratas e correntes políticas reformistas, estalinistas e centristas para livrar a cara em favor do governo de Evo Morales e, de passagem, caluniar o POR boliviano. Certos setores do capital financeiro imperialista se identificam com ela, particularmente europeus e chineses, que veem ameaçados os seus interesses, ao

perderem posições no marco da guerra comercial, desfechada pelo imperialismo norte-americano.

Qual golpe de Estado?

Morales foi expulso do poder por uma grande mobilização popular. NÃO por um golpe de Estado. Os golpes de Estado são ações de cúpula, planejadas e impostas desde cima, são operações executadas por grupos operacionais do Exército, em coordenação com alguns setores civis, à margem das grandes massas, e em geral contra elas.

Em outubro de 2003, o governo de Goni (MNR) foi expulso do poder por uma grande mobilização popular. Em certo momento do conflito, o exército deu meia volta, depois da polícia ter se amotinado. É gráfica a imagem dos policiais pactuando a paz e abraçando os mineiros na cidade de El Alto, La Paz. Em seguida, Goni escapou do país de avião. Depois, desde o exterior, os derrubados afirmaram que “um golpe de Estado” os havia tirado do poder.

Os ideólogos reformistas idealizaram a teoria do golpe de Estado para ocultar o evidente esgotamento político do MAS. Essa teoria não engana ninguém. O certo é que nenhuma das besteiras, inventadas pelos reformistas, refuta o fato de que o MAS caiu como consequência de sua política de conciliação com a burguesia, com as multinacionais e a oligarquia latifundiária cruzenha, em suma, por sua política de preservação do capitalismo, de seu “processo de mudança” que NÃO conduz ao socialismo, e sim a fortalecer os capitalistas, para que, depois, alteradas as condições, quando as massas se chocam com os impostores no governo, caracterizado como corrupto, entreguista e fraudulento, seus sócios de ontem lhes expulsem do poder.

A teoria de que uma “divisão interburguesa” explica a convulsão social vivida no país é equivocada. É mais que evidente que a burguesia e a velha direita, que hoje se apossam do poder, não pensaram, nem por um momento, que a rebelião popular levaria as coisas ao extremo a que chegaram. No início do conflito, a burguesia agroindustrial cruzenha, aliada do MAS (semanas antes haviam presenteado Evo Morales com um cavalo avaliado em mais de US\$ 60.000), as multinacionais, e o próprio imperialismo, marchavam por trás de Evo Morales. Almagro, da OEA, expressando os interesses do imperialismo norte-americano, que meses antes veio dar sua bênção à reeleição ilegal de Morales, não abriu a boca, até o último momento, e só para dar a estocada final em um governo que caía. Não esqueçamos que, até a véspera, Bellot, máximo representante nacional da Federação de empresários privados, fez do CONALCAM. Todos eles estavam seguros de que o governo controlaria a situação, tanto é assim que, no primeiro Cabildo, em Santa Cruz, os cívicos direitistas, ligados à CAINCO, assim, pela pressão social, se viram obrigados a incorporar as demandas da Chiquitania, de anulação de leis e decretos que favoreciam o agronegócio e os traficantes de terras, permitindo a devastação das florestas, a demanda de recuperação do lítio, a dos médicos e trabalhadores de saúde, etc., esforçaram-se para que o sangue não chegasse ao rio, e convocaram o “voto castigo”, avalizando e entrando no jogo da farsa eleitoral do governismo. No devido momento, o POR advertiu que isso equivalia a avalizar a fraude já preparada, uma percepção compartilhada por 68% da população.

A cínica manipulação fraudulenta das eleições enfureceu a ira popular, particularmente da classe média. Depois do grande Cabildo Nacional, realizado em La Paz, e, simultaneamente, em todas as principais capitais, e inclusive no exterior (Madrid, Bar-

celona, Nova York, etc.), a burguesia nacional e o imperialismo se deram conta de que a situação tinha mudado, e que o governo perdia o controle das massas. Um cabildo, cujo conteúdo anti-imperialista e anti-burguês se destacou quando suas resoluções não se limitam a reivindicar o respeito ao voto, e sim vão mais além, reivindicando a recuperação dos recursos naturais das mãos das multinacionais e a reversão das terras entregues aos agroindustriais e traficantes, além das demandas dos setores de saúde e educação, a burguesia e o imperialismo não podiam permitir que as coisas se desenvolvessem por essa via.

A burguesia e o imperialismo deram meia volta, quando constataram que Evo NÃO poderia controlar as massas em rebelião.

O governo estava seguro de que manteria bem controlada a polícia, através de seus comandantes corruptos e politicamente alinhados, não levando em conta foi o grande mal-estar na base policial, percebido por todos os manifestantes, que estavam seguros de que, a qualquer momento, a polícia daria meia volta. Mal-estar que se manifesta no motim policial, em Cochabamba, que, em questão de horas, se generalizou por todo o país, pondo em xeque o governo, que tampouco acreditava que as coisas chegassem até onde chegaram. Por outro lado, o Exército, que até a vés-

pera esteve, através do General Kalliman, bem alinhado com o governo, resiste a sair às ruas para reprimir, e “recomenda” ao presidente renunciar, em nome da “pacificação” do país. Tudo isso é uma “grande rebelião popular”, que dista quilômetros de ser um golpe de Estado.

Em nenhuma parte do mundo, e muito menos na Bolívia, a polícia e o exército podem escapar à pressão da luta de classes. Na Bolívia, se deu o caso do surgimento de uma tendência revolucionária nas FFAA (Vivo Rojo), que, no presente conflito, esteve ausente. O exército boliviano é plebeu, nunca chegou a se constituir como exército de casta. Reflete a pequenez da classe dominante e do Estado. Não pôde desenvolver uma ideologia castrense nacional, que o fizesse impermeável às pressões políticas da luta de classes, apesar das reformas feitas e dos privilégios outorgados pelo governo Morales, como a pretensão de se criar uma Escola Anti-imperialista das FFAA. O mesmo se pode dizer da polícia, reformada pelo governo, uma polícia de famintos, miseravelmente equipados, e dirigidos por comandos corruptos e abusivos, que, poucos dias antes da eclosão social que sacudiu o país, foi desarmada, a título de “manutenção” de equipamentos. O que pôs em evidência a desconfiança e suscetibilidade do governo frente à base policial, onde se tinha acumulado o ódio e a frustração, frente à evidência de que o famoso “processo de mudança” não tinha mudado nada no interior da “instituição da ordem”.

O motim policial e a negativa do exército de sair para reprimir fazem parte do estouro do mal-estar popular contra o governo impostor. Os policiais de base têm suas próprias demandas e, acertadamente, o Cabildo em Cochabamba as incorporou às demandas gerais. A atitude de Camacho, em Santa Cruz, dias antes, é diferente, ele é o gerente, que ofereceu demagogicamente concessões para comprar adesões.

Depois da saída de Morales, os MASistas traçaram o chamado “Plano Pagador”, que consiste em gerar um clima de confrontação social extrema, massacre como meio, que permitia exigir o retorno de Evo Morales ao poder, como único capaz de pacificar o país. Nesse momento da crise política e social do país, a classe média está aterrorizada, pela ação dos provocadores MASistas, que usa os camponeses como cobertura para a implantação de gangues e faci-

“ Os ideólogos reformistas idealizaram a teoria do golpe de Estado para ocultar o evidente esgotamento político do MAS. ”

noras contratados, para queimar casas, saquear comércios. Reclamam aos gritos a intervenção das FFA Armadas, e recebem como heróis os uniformizados, para que tragam “paz e segurança”, não importa se a custo de ensanguentar as ruas. Isso é o que os tenebrosos planos MASistas estão buscando, com assassinos e gangues contratados para provocar mortes, para concluir no final negociando quotas de poder. Conseguem seu propósito com o massacre de Sacaba. Os militares exigiram respaldo político para executar ações de repressão diante do rebaixamento da polícia. O governo fascista não duvida em dar-lhes, e em meio ao aplauso da classe média direitizada, aprova o decreto 4078, que outorga garantias aos oficiais que dispararem contra os camponeses, e novamente vêm à tona os traços gorilas das correntes fascistas do interior das FFAA e da polícia, que atuam acompanhados por jovens da classe média acomodada, de mentalidade fascista, racista e paramilitar.

A natureza da crise e o conteúdo de classe do movimento que derrubou Evo Morales

O conteúdo geral da rebelião popular contra a continuidade do governo Evo foi democrático pequeno burguês, em última instância, burguês. O proletariado não atuou como classe revolucionária organizada, ainda que contasse com a intervenção do POR. Mostrou-se dividido em algumas situações do conflito, uns contra outros, a favor da permanência de Evo.

A composição multitudinária do rechaço ao governo não rompeu o conteúdo geral pequeno-burguês do movimento. A mobilização não pôde passar dos limites democrático burgueses de sua origem. É nessas condições que a política revolucionária do proletariado, encarnada pelo programa do POR, não conseguiu quebrar a influência da oposição burguesa de direita. A experiência histórica comprova que a pequena burguesia, normalmente, está submetida à influência da política burguesa. Nas crises agudas, se reúnem as condições para seu deslocamento para as posições do proletariado. O que não ocorreu na recente crise revolucionária na Bolívia. O POR lutou para que isso ocorresse, mas os condicionamentos democráticos pequeno-burgueses ditaram seus limites, dada a ausência do proletariado.

Tratou-se de uma crise revolucionária, cuja dinâmica esteve marcada pelas oscilações da pequena burguesia, tanto da cidade como do campo. Traço que se converteu em predominante, pela ausência e atraso da incorporação física do proletariado, e que marca a foga todo o desenvolvimento do processo político. Trotsky aponta que uma situação revolucionária pode transformar-se em seu oposto, caso a pequena burguesia se incline para a esquerda ou para a direita, que, nos momentos de crise revolucionária, não há situações dadas e definitivas.

A crise revolucionária, impulsionada pelo movimento de massas, pôs em questão o destino do poder político, mas não chegou ao ponto de se transformar em uma situação francamente revolucionária, que culminasse na destruição do Estado burguês. Em geral, a mobilização se manteve no âmbito da disputa no interior da política burguesa, pelo controle do aparato do Estado.

A classe média acomodada se deu por satisfeita com o conquistado. Em meio à poderosa pressão social dos setores mobilizados, o aparato repressivo deslocou, diante do motim policial, e da negativa do exército de sair para reprimir os manifestantes, o governo Morales perdeu capacidade para controlar a situação.

No momento em que se instalou o autoproclamado governo de Jeanine Áñez, a resposta dos MASistas foi aplicar o chamado “Plano Sebastián Pagador”. Colocaram-se por criar uma grande convulsão social, organizar a resistência ao novo governo, e tra-

tar de impor o retorno de Evo Morales ao poder. As Forças Armadas e a polícia se subordinaram inteiramente ao comando do novo governo. Responderam com a ordem de repressão, não sem antes exigir as garantias e os avais políticos suficientes para não arcar com as consequências posteriores. O governo respondeu aprovando o DS 4078, as Forças Armadas atuaram sem que tivesse um sinal de quebra da disciplina.

As ações de provocação, saques, impulsionadas pelos MASistas, começaram a se chocar com os interesses imediatos dos vizinhos, pequenos comerciantes e transportadores da cidade altenha, da zona Sul de Cochabamba e de Sacaba, onde se concentraram suas ações de resistência. Nessas condições, a repressão sangrenta ocorrida no terminal de distribuição de combustíveis de Senkata, em El Alto-La Paz, acabou voltando-se contra os próprios MASistas provocadores, praticamente isolou a resistência dos partidários de Evo. Se bem que no início, a torpe resposta repressiva do governo provisório, momentaneamente, aplacou as contradições internas do movimento da pequena burguesia camponês/indígena. Essas contradições voltaram a se agudizar, contradições que se enraízam nos interesses materiais concretos (produtores de verduras versus revendedores, leiteiros versus revendedores, etc.) tornaram insustentáveis os bloqueios, que começaram a se romper. Os dirigentes do MAS e seus parlamentares se viram diante da urgência de negociar o fim do conflito por cima dos cadáveres dos massacrados, sem alcançar o objetivo proposto de restabelecer Evo Morales no poder. Chegaram ao acordo de convocar novas eleições. Uma vez mais, as contradições e oscilações no interior dos setores da pequena burguesia urbana e rural, que apoiaram o MAS, definiram sua sorte. Afiançou-se a saída burguesa contrarrevolucionária à crise política.

Nossa luta em defesa das liberdades e direitos democráticos

Os PORistas, ontem diante do governo Morales, hoje diante do governo Añez, e durante o desenvolvimento do conflito, levantaram no alto a luta em defesa das liberdades e direitos democráticos do povo boliviano, direito de eleger, direito ao trabalho, ao pão, ao protesto, à educação, à saúde, à defesa do lítio e dos recursos naturais entregues às multinacionais, defesa da Chiquitania e das terras devastadas para satisfação dos oligarcas cruzenhos e dos traficantes de terras, etc. Todos esses direitos pisoteados e desconhecidos pelo governo Morales, e hoje pelo de Añez. Dissemos que não acreditamos que o exercício cretinizante do voto seja o meio por meio do qual os explorados e o país alcançariam sua libertação, que a democracia formal burguesa na Bolívia, dado o pouco desenvolvimento capitalista do país, é uma farsa, e que a olhos vistos não funciona, mas que, apesar disso, defendíamos o direito democrático dos bolivianos de eleger aquele que julgam ser o melhor. Mas, para nós, a luta não se limita ao respeito ao voto, implica a luta em prol de todos os direitos e liberdades democráticas não cumpridas pelo governo de turno, e qualquer que seja o governo que venha. Esta questão é muito importante de se entender, porque contém a projeção anti-imperialista e antiburguesa de nossa intervenção no conflito, e nos diferencia das outras correntes políticas, democratizantes e direitistas que disputaram a direção do movimento cívico popular.

Temos lutado por preservar a independência política do movimento operário, popular e cívico, diante dos partidos burgueses e pró-burgueses (MAS, CC, DEMOCRATAS, PDC, UN, CONADE, etc.). A evidência dessa disputa ficou registrada até mesmo na imprensa burguesa.

Antes do início do conflito, se desenvolveu uma polêmica com as plataformas do 21 de fevereiro. Dissemos que se tratava de um movimento predominantemente pequeno-burguês, que abarcava todo o espectro contraditório da classe média, desde posições radicais pró proletárias, até posições abertamente pró-fascistas e fanaticamente religiosas. Todas elas se negaram sistematicamente a incorporar as demandas dos setores mobilizados, e se empenharam durante anos em reduzir tudo à “defesa da democracia frente à ditadura”. Enquanto as coisas persistiram nesses marcos, as ações convocadas e protagonizadas por eles foram muito pequenas e limitadas. Basta recordar a última paralisação cívica anterior às eleições, convocada por eles, em 20 de agosto de 2019. Devido ao fracasso, se suspendeu a convocatória de uma paralisação por tempo indeterminado, para o dia 15 de outubro de 2019, para, finalmente, concluir com o chamado ao “voto castigo” e à “resistência legal e democrática”.

Os PORistas vinham insistindo na necessidade tática de elaborar uma plataforma única nacional, que incorporasse as demandas setoriais e regionais mais sentidas, e que permitisse, por essa via, constituir uma direção que unificasse as lutas setoriais dispersas. E que constituía um erro, colocar que a luta devia ser em “defesa da democracia formal burguesa”, inexistente no país, que se tratava de distinguir entre democracia burguesa, como sistema de governo, e da necessária defesa das garantias, liberdades e direitos democráticos, violados pelo governo. Essa orientação se impôs, na primeira fase da mobilização, apoiada na radicalização dos setores mobilizados, incorporados ao combate.

Desde baixo, as bases impuseram uma mudança de orientação. O voraz incêndio florestal, provocado na Chuiquitania, em consequência das leis e decretos emitidos pelo governo Morales, em acordo com a CAICO, a CAO e FEGASACRUZ. O Cabildoconvocado pelos cívicos cruzenhos, nas vésperas das eleições, imposto pela indignação popular, depois de os cívicos fascistas agarrarem a golpes os delegados da Chiquitania, que exigiam medidas radicais contra os decretos do governo, tiveram de incorporar, apesar dele, as demandas de anulação dos decretos e leis depredadoras, a recuperação do lítio, as demandas dos médicos, dos trabalhadores na saúde e educação, ou seja, das forças mobilizados contra a política pró-burguesa do governo. Para depois jogá-las no esquecimento. Nesse momento, quando ainda a burguesia não tinha rompido com o MAS, o presidente do Comitê Cívico de Santa Cruz, sem consultar, incorpora o chamado “voto castigo”, para conter a rebelião popular que se inicia, nos marcos da farsa eleitoral e do respeito à Constituição e à ordem social burguesa. Eles estão seguros de que o governo acabaria controlando a situação depois das eleições.

Até aqui, podem-se distinguir dois momentos no desenvolvimento do conflito. Um primeiro, em que a mobilização, desencadeada pelo mal estar diante da fraude, alcança uma tônica anti-imperialista e antiburguesa, quando, através do Bloco Cívico do Sul, impulsionado pela CODEINCA, impõe essa orientação, que incorpora não só a limitada demanda de respeito e defesa do direito de eleger, mas a defesa das liberdades e direitos democráticos em geral, água, trabalho, saúde, pão, educação, etc., juntamente à defesa do lítio, a não entrega de Chiquitania aos agroindustriais, etc. Esse claro conteúdo anti-imperialista e antiburguês se sintetizou na demanda de “Fora Evo”, “Fora o governo corrupto, entreguista e fraudulento”. A constatação de que eram três tendências que disputavam a direção do movimento cívico foi feita pela própria burguesia, através dos Tiempos e Página Siete, em seus artigos que dão conta do peso de nossa orientação no conflito. Tudo isso chega à sua máxima expressão com o Cabildo Nacional, realizado

em La Paz, e simultaneamente em todo o país. Nesse momento, se advertiu que a principal debilidade do Bloco Cívico do Sul era a ausência do proletariado na mobilização, e que essa debilidade selaria o destino do conflito, debilitando nossa posição, e assegurando uma saída burguesa à crise política.

Os fatos, muito rapidamente, confirmaram esse prognóstico. A partir daí, a burguesia, que não podia permitir que isso se desenvolvesse, se orientou a dividir o Bloco Cívico do Sul, através do tradicionalmente direitista Comitê Cívico de Santa Cruz, encabeçado pelo fascista Camacho, que contou, para isso, com o apoio de Pumari, o oportunista presidente do Comitê Cívico de Potosí. As demandas foram esvaziadas de todo conteúdo anti-imperialista e antiburguês, para centrar-se unicamente no tema da demanda de novas eleições e um novo TSE. Esta manobra do Comitê pró Santa Cruz foi possível com base no apoio das camadas acomodadas da classe média, que se direitizava cada vez mais. Camacho, expressando as tendências ultrarreacionárias da classe média, fascista e racista até a medula, se converteu no polo aglutinador de todos os partidos da velha direita, inclusive das tendências burguesas democratizantes, lideradas por Mesa e o CONADE. Camacho consegue impor-se, para depois, assenhorado da situação, chutarnos democratizantes do CONADE e de Mesa. De nossa parte, urgia marcar uma nítida diferenciação política com o fascista Camacho, assinalando as razões do por quê negamos unidade com ele, a expressão fascista e racista da burguesia agroindustrial, tão entreguista e vende-pátria como o governo Evo Morales.

O segundo momento está marcado pelas correntes mais direitistas da classe média acomodada, que conseguem impor-se, como consequência da ausência do proletariado. O proletariado pode arrastar a classe média para seus objetivos estratégicos, com a condição de que elabore um programa que responda às suas necessidades, no marco do estabelecimento de uma nova ordem social (governo operário-camponês). Uma vez ausente a ação política da classe operária, de maneira natural, as camadas acomodadas arrastam as outras por trás dos objetivos burgueses direitistas de traços fascistas. Não esqueçamos de que o esgotamento do parlamentarismo burguês atualiza a contradição entre fascismo ou revolução proletária. Ausente o proletariado, a saída burguesa é inevitável. Ainda falta saber se essa corrente fascista conseguirá desenvolver-se plenamente como um governo dessa natureza, mantendo a classe média ao seu lado. Uma situação pouco provável, se observarmos o que tem ocorrido e vem ocorrendo no Brasil e na Argentina, onde o governo direitista, obrigado a descarregar a crise econômica sobre as massas, acaba se chocando com os que, até a véspera, foram sua base eleitoral. No caso boliviano, o mais provável é que isso ocorra de maneira ainda mais acelerada, dado o fato de que o Estado boliviano é um Estado miserável, incapaz de levar adiante um programa de reformas sociais de longa sustentação, que permita alimentar a base social de um regime fascista. Dada a situação da crise econômica mundial, a drástica queda da arrecadação do Estado, o crescente déficit fiscal e comercial, etc., qualquer que seja o governo que venha, será obrigado a executar medidas anti-operárias, anti-populares e pró-imperialistas, descarregando a crise sobre as massas, incluída a classe média, medidas que já vinham sendo executadas pelo governo burguês do MAS.

Aí está o risco do renascimento dos derrotados de ontem, como consequência de que as ilusões e os mitos no suposto governo indígena dos pobres não se esgotaram totalmente, em vários setores, particularmente, nos dos camponeses. A traição do MAS aos que se mobilizaram, iludidos com o retorno de Evo, e a negociação de

seus privilégios, espaços e cota de poder sobre os cadáveres ainda quentes ajudarão a superar essas ilusões ainda presentes.

Os democratizantes foram relegados, diante da polarização forçada, através das ações terroristas do MAS, complementadas com as torpezas dos fascistas no poder, como a queima da Whipala, propagação da bíblia, etc. O terrorismo MASista procurou provocar um massacre e choque, com a mentalidade bestial do fascismo governamental, conseguiu seu objetivo, e, com isso, postergou o desenvolvimento das contradições internas que tornavam evidente sua desagregação e desmoronamento, o que não implica que essas contradições internas vão desaparecer, só foram mitigadas momentaneamente e, a estas alturas, começam novamente a aflorar, pressionando-os a precipitar um acordo, que poderia ter graves consequências internas, precipitando as divisões que começam a aflorar, entre MASistas democratas e MASistas da linha dura.

O MAS, que carece de um programa coerente, não pode ser considerado como um verdadeiro partido, é expressão da heterogeneidade de interesses contraditórios que caracterizam o movimento camponês-indígena. A esses interesses se somam as ambições pessoais dos intelectuais “esquerdistas” e oportunistas, sedentos de riqueza. Nas atuais condições de ausência do caudilho Evo, árbitro unificador, se perda a capacidade de centralização e ação unitária. As tendências centrífugas, assim, ganham força. Mais adiante, veremos um processo de desagregação e atomização, permeado por momentâneas reunificações, para novamente voltar a atomizar-se, processo que será expressão de sua agonia mortal.

Os Comitês Cívicos e a orientação do POR

Os Comitês Cívicos são criações institucionais, geralmente controlados pelos empresários e políticos burgueses. Esse traço vai diminuindo na medida em que se afasta da população do centro econômico e político capitalista do país, para dando expressão a setores populares, em geral ligados à pequena produção artesanal ou à da terra. Ao longo da história do país, cumpriram o papel de canais de mobilização popular em torno às demandas regionais, em geral referentes às tarefas democráticas burguesas não realizadas, nem adequadamente atendidas, pela incapacidade do Estado burguês, consequência do pouco desenvolvimento capitalista do país. Poderosas mobilizações populares se desencadearam ao redor deles, chegando, não poucas vezes, a questionar o destino do poder político. Os Comitês Cívicos, em determinadas circunstâncias, são utilizados como canal de expressão dos movimentos populares. A presença do proletariado abre a possibilidade de dar uma projeção revolucionária à luta cívica-regional, desde que se transforme em direção das massas mobilizadas.

Há tempos atrás, o movimento operário boliviano (em vários Congressos da COB), sob a influência PORistas, adotou a linha de que corresponde ao proletariado disputar com a burguesia a direção dos movimentos cívicos regionais, transformando a luta pelas reivindicações democráticas regionais como parte da luta para pôr em pé a nova sociedade socialista, marco dentro do qual todos os grandes problemas nacionais, entre eles o do atraso regional, encontrarão solução.

O movimento contra o governo do MAS ganhou expressão política e organizativa por meio dos Cabildos Abertos e dos Comitês

Cívicos, e pôs à prova a orientação político-programática do POR.

No recente conflito, foi notória a diferença quanto à radicalidade do conteúdo das demandas regionais nos casos dos Comitês Cívicos de Potosí, Oruro e Sucre, onde o peso do proletariado mineiro e fabril foi grande. É nessas peculiaridades do movimento cívico regional que se observa a importância da diferenciação entre os Comitês Cívicos do Sul e o de Santa Cruz, no Oriente. O chamado Bloco Cívico do Sul (Chuquisaca, Oruro, Potosí e Tarija, que depois se soma Cochabamba) teve seu centro organizativo e político no Comitê Cívico de Chuquisaca, influenciado pela política do POR, que se apoiou na COD e nos operários de FANCESA. Por essa via,

os trotskistas procuraram constituir uma direção nacional para dirigir o movimento, que acabou se chamando Bloco Cívico Nacional, e imprimir uma plataforma de reivindicações de claro conteúdo anti-imperialista, antiburguês, e garantir a independência política do movimento popular frente à direita, que tentava limitar a luta a objetivos eleitorais e democratizantes. O que não se consolidou, em razão do boicote dos empresários e do atraso político e divisão imperante nas fileiras do proletariado, que se soma a débil inserção do POR nas fileiras operárias, o que deu margem para as manobras da burocracia sindical e dos politiquieiros a serviço da burguesia.

Um de seus dirigentes, Marcos Pumari, do Comitê Cívico de Potosí, rompeu com o Bloco do Sul e se aliou ao Comitê Cívico de Santa Cruz, controlado pelo ultradireitista Luis Fernando Camacho. Esse acontecimento provocou uma reviravolta. A força da oligarquia de Santa Cruz, que, decide abandonar Evo Morales e, certamente, tem ascendência sobre o conjunto da burguesia boliviana, fez a virada contando com o apoio de setores do imperialismo, principalmente dos Estados Unidos.

O ponto alto da organização e decisão popular foi a realização do Cabildo Nacional em La Paz. Um passo dado no sentido de concretizar a unificação e centralização do movimento nacional, sob a direção do Bloco Cívico do Sul. A independência organizativa e política se daria em meio à disputa entre o governo e a oposição burguesa, e contra ambos os polos.

A Caravana do Sul foi outro referencial da orientação PORista na mobilização. Foi organizada por iniciativa do Comitê Cívico de Chuquisaca, que faprovou essa tática na reunião do Bloco Cívico Nacional, constituído com todos os Comitês Cívicos e organizações que participaram do Cabildo Nacional em La Paz (Chuquisaca, Oruro, Potosí, Cochabamba, La Paz e Tarija), imediatamente depois de realizado o Cabildo Nacional. Tratava-se de dar forma organizada à determinação de expulsar fisicamente Evo Morales e os MASistas do poder, acumulando forças, através da uma caravana que agrupasse as delegações de todos os distritos. A caravana partiu de Sucre e começou a enfrentar a resistência dos MASistas no caminho e, por outro lado, o boicote dos cívicos cruzenhos, encabeçados por Camacho, que tinham iniciado a farsa da entrega de uma carta que “milagrosamente” conquistaria a renúncia de Evo Morales. O governo atacou duramente a caravana do SUL, à qual se tinham somado uma volumosa delegação de cooperativistas e assalariados mineiros de Potosí, e jovens mobilizados de Tarija. Com franco-atiradores, funcionários armados e o apoio de algumas comunidades camponesas em Vila Vila, antes de chegar a Oruro, procuraram deter o avanço da caravana até a sede do

“*O ponto alto da organização e decisão popular foi a realização do Cabildo Nacional em La Paz. Um passo dado no sentido de concretizar a unificação e centralização do movimento nacional, sob a direção do Bloco Cívico do Sul. A independência organizativa e política se daria em meio à disputa entre o governo e a oposição burguesa, e contra ambos os polos.*”

governo. Na medida em que os acontecimentos se desenvolviam, tornou-se evidente que só com a ação direta e a mobilização nas ruas, com métodos insurrecionais, seria possível expulsar o sátrapa do poder. A caravana foi transformando em uma referência nacional, os cívicos cruzenhos anunciaram que se somariam, dada a infrutífera quixotada da carta.

A Caravana do Sul representava o avanço da tendência radical no interior da luta, expressava o desenvolvimento do movimento independente, tanto diante da velha direita, em suas duas versões, democratizantes e fascistas, como da nova direita, do MAS. Nenhum deles podia admitir que as coisas se desenvolvessem por essa via. Os acontecimentos se precipitaram, transcendendo posteriormente, em reuniões reservadas onde intervém a velha direita, junto à USAID e a alta cúpula MASista, selam um acordo de renúncia de Morales e a sucessão de Añez. A Caravana do Sul representava uma ameaça para ambos.

O informe da OEA, dando conta dos graves indícios da fraude eleitoral MASista, precipitou a renúncia de Morales. As hostes MASistas estão desmoralizadas, a Praça principal fica vazia, diante da presença cotidiana dos mobilizados, não há proteção policial, Evo Morales lê sua renúncia na Base Aérea Militar de El Alto, rodeado de alguns poucos leais que restam. Vários ministros renunciam e se precipitam as renúncias em cascata. O governo se desmorona. A forma como se produziu a saída de Morales, somada à estupidez de Camacho que, com a Bíblia nas mãos, entra no Palácio de governo desguarnecido, e arranca a Whipala, em um claro ato racista de desprezo aos símbolos indígenas, supondo uma virada na situação política. A Caravana do Sul não podia continuar, sob risco de um enfrentamento sangrento entre trabalhadores, camponeses e população altenha, assim se decidiu pelo retorno.

“ *O esgotamento político do MAS é consequência da inviabilidade histórica de seu projeto político. Uma versão “indigenista” do velho programa reformista do nacionalismo burguês, que considerava possível o desenvolvimento integral das forças produtivas, a superação do atraso e da fome, no marco do respeito às relações capitalistas de produção.*

Os Comitês e os Cabildos funcionaram e atuaram nos marcos do movimento democrático pequeno-burguês e burguês. O objetivo que os unificou foi o de conseguir a renúncia de Evo Morales. Nesse sentido mais geral, também se soma o Comitê Cívico de Santa Cruz. O Cabildo da Paz refletiu as tremendas pressões das forças democratizantes pequeno-burguesas. A plataforma de luta aprovada, sob a influência do POR, esteve condicionada pelo caráter democrático do movimento. Não chegou a expressar plenamente o programa e a estratégia revolucionária do proletariado.

Os Comitês Cívicos e os Cabildos se desmobilizaram, quando se consolidou a renúncia de Evo, o que deixou o campo aberto para que o governo usurpador de Añez/Camacho/Mesa reprimisse a resistência do MAS, apoiado na oscilação circunstancial de importantes camadas da classe média urbana para posições fascistas. Sem os Comitês e os Cabildos mobilizados, imperaram os métodos burgueses e pequeno-burgueses de confrontação ao redor da divisão de cargos e ministérios. As ambições pessoais dos dirigentes se mostraram nitidamente diferente em relação a posição do presidente do Comitê Cívico de Chuquisaca, que, concluído seu mandato, renunciou, denunciado as sujas manobras dos politiquieiros, sedentos de usar o movimento para fins de ar-

rivismo pessoal. Conclusão: o governo autoproclamado e o MAS restabeleceram o funcionamento da Assembleia Plurinacional. Chegaram a um acordo para a convocatória de novas eleições e dividiram os cargos com os dirigentes cívicos da direita.

Os fatos comprovaram a correção da linha político-programática aplicada pelo POR. Corresponha disputar a direção do movimento cívico regional com as correntes fascistas e democratizantes da direita burguesa e pequeno-burguesa. O significado dessa disputa foi destacado pela imprensa burguesa nacional, que registrou as três tendências (democratizantes, direitistas pró-fascistas e trotskistas), que disputaram a liderança do movimento com conteúdo políticos distintos. Em Sucre, apoiados no proletariado mobilizado, foi possível, durante um tempo, impor a orientação trotskista, o que não foi possível consolidar no plano nacional, dada à divisão e atraso na incorporação do proletariado nos demais distritos.

Nem Evo, Nem Mesa, Nem o fascista Camacho. Operários e camponeses ao poder

O esgotamento político do MAS é consequência da inviabilidade histórica de seu projeto político. Uma versão “indigenista” do velho programa reformista do nacionalismo burguês, que considerava possível o desenvolvimento integral das forças produtivas, a superação do atraso e da fome, no marco do respeito às relações capitalistas de produção. Os MASistas se empenharam em fazer crer que lideravam uma grande transformação do País, de braços dados com as multinacionais e a burguesia nacional. Pretenderam vender a ideia de que a velha e fracassada receita nacionalista era, em realidade, a expressão de uma genialidade e excepcionalidade, jamais vista na história, fruto das virtudes intrínsecas da condição “indígena” do presidente, que o situa além do bem e do mal, incorruptível, infalível e sempre disposto ao sacrifício desinteressado.

O governo de Evo Morales não foi fruto de uma revolução social, e sim produto da farsa eleitoral burguesa, depois do esgotamento da política neoliberal, da expulsão de Goni do poder pela rebelião popular e do total desgaste do velho aparato estatal burguês. As ilusões despertadas nas massas foram alimentadas por um período de bonança econômica excepcional, determinado pelos preços altos das matérias-primas. O governo impostor procurou fazer crer que essa conjuntura econômica internacional excepcional foi fruto da “genialidade” dos ministros de Evo, supostos criadores de um modelo único, digno de exportação, ao que chamaram pomposamente de “modelo econômico social comunitário”, destinado a levar os bolivianos ao paraíso do “viver bem”, em um “modelo socialista” próprio, único e fruto da fusão do marxismo com o indigenismo, sem a necessidade de expropriar a burguesia, nem as multinacionais, que coexistiriam em “complementariedade e reciprocidade” com todas as outras formas de propriedade dos meios de produção.

Mas, a realidade é mais dura que a ficção. Em muito pouco tempo, as profundas contradições de interesses estouraram a “economia plural” e desnudaram seu verdadeiro sentido. Uma economia onde a grande propriedade privada burguesa das multinacionais imperialistas, dos oligarcas latifundiários e da burguesia nacional submete, com ajuda do Estado “plurinacional”, aos seus interesses, outras formas de propriedade, pequena, comunal, cooperativa, etc., e impõe um regime de exploração trabalhista, de abusos, baixos salários, etc., igual ou pior que durante o período neoliberal.

Essas contradições impactaram com maior força a pequena burguesia urbana. A classe média, em seus diferentes estratos, foi desencantando-se do “processo de mudança”, que não mudava

nada, e desenvolvendo em seu seio ideias que vão desde as ideias revolucionárias ligadas ao proletariado, até ideias pró-fascistas, racistas, fanaticamente anticomunistas e religiosas. O proletariado e a massa camponesa indígena marcharam por detrás desse processo, presos nas redes assistenciais e clientelistas, generosamente estendidas pelo governo e pela burocracia sindical, corrompida até o tutano.

A grande massa camponesa indígena não esgotou sua experiência sob a impostura MASista. O governo indígena não libertou o índio, não transformou seu modo de produção da vida social. O direito à autodeterminação foi burlado por Evo Morales, e subordinado aos interesses das multinacionais. Apesar disso, a contradição evidente entre a insatisfação da sede de terra, a preservação da pequena propriedade, fonte da miséria do camponês, com os privilégios e vantagens outorgadas aos grandes latifundiários, não alcançou um desenvolvimento pleno, dado o atraso secular do campo, o isolamento das comunidades indígenas, etc., a identificação com a origem indígena camponesa do Presidente foi posta em julgamento pela corrupção extrema do entorno presidencial, mas apenas se chegou a respingar na governabilidade de Morales, aos olhos dos originários. Contudo, os interesses contraditórios dos diferentes setores camponeses indígenas se chocaram com os dirigentes MASistas, que pretenderam impor ações que acabaram prejudicando os próprios camponeses produtores, necessitados de vender seus produtos na cidade. Essas contradições tornaram insustentável manter o cerco contra a cidade, para impor o retorno de Evo ao poder.

O movimento indígena camponês de hoje não é o mesmo que o da época de Túpac Katari, que pôde sustentar por meses o cerco, submetendo a cidade ao desespero, e obrigando seus habitantes a comerem os cães, gatos, couros e até os ratos. Hoje, o camponês originário, transformado no calor da revolução de 1952, e pela reforma agrária burguesa do MNR, de “pongo e mitayo” (formas de servidão indígena), em pequeno proprietário e comerciante, não pôde se dar ao luxo de cortar o acesso à sua principal fonte de ganho, que é o mercado da cidade. O capitalismo subordina inexoravelmente o campo à cidade. Estas contradições só poderão ser resolvidas no marco do programa da revolução proletária, que leva à superação da miséria do minifúndio improdutivo, por meio da propriedade coletiva da terra tecnificada, altamente produtiva e estabelecida como propriedade social de todos os camponeses. Os MASistas, respeitosos da propriedade privada, não podem realizar essa transformação e, portanto, não têm como superar as contradições que os desintegram internamente. Sua conservação se sustenta precariamente com base em ameaças, multas e sanções.

A ira de vastas camadas aimarás, dos althenos e quechuas do vale, desencadeada graças à estúpida visão racista da classe média, interpretada pelo fascista Camacho, que, com a Bíblia nas mãos, faz a queima da Whipala (depois, o imbecil, assustado com a reação, pretendeu emendar o erro aparecendo com uma Whipala na mão, e pedindo desculpas), dá conta do fato de que, na Bolívia, depois de 500 anos de opressão e exploração sem misericórdia da maioria indígena e mestiça do país, existem feridas históricas profundas, que não foram resolvidas pelos anteriores governos, nem pelo governo supostamente indígena de Evo Morales. A razão é que o racismo e a discriminação têm suas raízes na estrutura econômica do país, na persistente desigualdade, assentada na forma de propriedade dos meios de produção, onde a grande propriedade privada burguesa está em mãos da minoria brancoide dos K'aras. Esse fato não mudou, como prática dominante. NÃO mudou, apesar da assimilação pela burguesia

de certos “índios” enriquecidos e convertidos em empresários e comerciantes prósperos. Os novos ricos MASistas, enriquecidos com base no desfalque no Tesouro do Estado, pelas negociatas sombrias, pelo narcotráfico, etc., não conseguem ser uma burguesia nacional, se limitam a reproduzir as características da miserável burguesia comercial e intermediária do país, e aspiram ser admitidos pela velha classe dominante boliviana como iguais. O direito à autodeterminação das nações originárias nunca foi reconhecido pelo Estado Plurinacional, que, através dos “índios” no governo, se converteu no instrumento de submissão das nações indígenas, de sua terra e território, aos interesses do saque imperialista, impulsionado pela burguesia K'ara e seus adornos indígenas, cada qual mais entreguista e vende-pátria. O governo de Evo Morales foi a pedra de toque do indigenismo, que desnuda sua limitação política e põe em evidência que não é o caminho para a libertação do índio, para acabar com toda forma de opressão e discriminação social, nacional, racial e sexual.

Acertadamente, se disse que a mobilização da pequena burguesia por seus direitos democráticos pressionaria o proletariado. Os fabris foram os primeiros a romper com o MAS, pesa sobre eles a agudização da crise e a contração econômica, os baixos salários, os abusos patronais e a evidência de um governo que não protege seus interesses, mas os da patronal, etc. A rebelião dos fabris contra a burocracia sindical acabou por impor uma tímida e limitada incorporação à mobilização. NÃO é o caso dos mineiros da COMIBOL. Os mineiros assalariados da mineração privada mostraram estar mais avançados que os da estatal. Mas, em todos os casos, é a ação da classe em si, NÃO é ainda a classe para si, a classe consciente que levanta o programa revolucionário, capaz de se colocar à frente da nação oprimida, e ganhar a pequena burguesia por trás de seu objetivo histórico de pôr em pé um novo Estado, e uma nova sociedade.

No desenvolvimento do conflito, com a queda do governo Morales, e ainda agora, está na ordem do dia a necessidade de uma nova ordem social e estatal, disputa cujo desenvolvimento se vê limitado pelo atraso político da classe operária, e que, por enquanto, se esgota na discussão de variantes de reformas democráticas no Estado burguês. Desde agora, os explorados relevam o fato de que o governo que sairá das urnas nas próximas eleições será um outro governo burguês, de politiquieiros oportunistas e corruptos, tão entreguistas como seus predecessores, e que descarregaram a crise econômica sobre os ombros do povo explorado.

Na Bolívia, a classe operária, tempos atrás, formulou o tipo de Estado que propõe colocar em pé e as vias para fazê-lo. A formulação está contida nos documentos históricos do movimento operário boliviano, as Teses de Pulacayo, as Teses Socialista do IV Congresso da COB, e os documentos da Assembleia Popular de 1970. Um Estado baseado nos órgãos de poder das massas, na democracia direta (assembleias populares, cabildos, etc.), onde se estabeleça a revogabilidade do mandato, e onde nenhum representante pode ganhar mais que o salário médio de um trabalhador qualificado. Um Estado que se estrutura com base na nacionalização sem indenização dos recursos naturais e dos grandes meios de produção do país (propriedade social), que estabelecerá o monopólio estatal do comércio exterior e a planificação da economia, em função dos interesses nacionais, e não do lucro capitalista, que assegurará educação e saúde universal e gratuita, etc.

Na presença e desenvolvimento dessa potencialidade contida na situação atual se apoia nossa bandeira de Nem Evo, Nem Mesa, nem o fascista Camacho, Operários e Camponeses ao poder.

Resolução sobre o Chile

1. O Chile, país de capitalismo atrasado, suporta as brutais consequências da crise estrutural do capitalismo mundial. O que provocou uma profunda crise do regime político. A revolta dos explorados se chocou frontalmente com o governo Piñera, que expressa a continuidade da ditadura pinochetista, sob a máscara de uma caricatura de democracia burguesa. Chocou-se, inclusive, com a política democratizante da Concertação, que se adaptou às heranças do regime fascista de Pinochet. O regime ditatorial militar e civil, por 46 anos, enterrou a democracia burguesa, e deixou no povo chileno uma ferida impossível de ser fechada, a não ser pela revolução proletária.

2. Todas as instituições burguesas foram questionadas pelo levante operário e popular. Com especial raiva, se repudiou as burocracias sindicais e seus partidos políticos frente-amplista, socialista e estalinista. As massas mobilizadas não querem apenas acabar com Piñera e seu governo, mas também com o regime ditatorial e suas instituições. Criaram uma situação que não permite à burguesia uma alternativa de substituição do governo, procura-se, portanto, avidamente pontos de acordo com a oposição, como última alternativa para manter o atual sistema, que acentua insuportavelmente a pobreza e a miséria das massas.



“ *Os explorados em luta chegaram a criar embriões de duplo poder, constituindo cordões de assembleias populares, que emergiram do seio da população.* ”

3. A mobilização independente e a histórica intervenção das massas indicaram que se estabeleceu um marco em relação aos 46 anos de regime ditatorial. Em outras palavras, fortaleceram-se as tendências de luta dos explorados contra os anos de ataques sistemáticos da burguesia às suas condições de existência. Ressaltou e ressalta a natureza do movimento apoiado na democracia direta e na independência organizativa diante da política burguesa. Os explorados em luta chegaram a criar embriões de duplo poder, constituindo cordões de assembleias populares, que emergiram do seio da população. E que começaram a se unificar em comunas e províncias, chegando a se projetar nacionalmente. Nesse feroz embate com a burguesia, surgiu uma nova vanguarda, corajosa e disposta a encarnar a crua luta de classes. O que a distingue da parcela da juventude deformada pela institucionalidade burguesa.

4. Esse é o resultado da luta política aberta no interior das multitudinárias mobilizações, que enfrentaram a repressão policial e militar, com um trágico saldo de mortos, desaparecidos, violados, feridos e

mutilados pelos projéteis que provocaram a cegueira parcial ou total em inúmeros valentes manifestantes. Apesar da brutalidade empregada pelo Estado burguês, não decaíram o ânimo e a disposição em prosseguir no caminho da luta. Derrubar Piñera e destruir o atual regime político do pinochetismo! Essa foi a marca mais profunda da resistente revolta popular.

5. As massas não podem continuar suportando por mais tempo o aumento da polarização entre a riqueza da ultraminoria e a pobreza da maioria, bem como as humilhações. A precipitação do levante abriu uma primeira etapa de um período de situação revolucionária no País. Seu desenvolvimento depende da organização da vanguarda combatente no Partido Operário Revolucionário, em construção. A mobilização evidenciou a enorme potencialidade revolucionária dos explorados. No entanto, evidenciou, também, a ausência de uma direção revolucionária capaz de dirigi-la para derrubar o governo e constituir um governo operário e camponês. O fundamental dessa constatação está em que melhoraram sensivelmente as condições para potenciar a militância consciente da tarefa de construir o programa da classe operária.

6. A classe operária e demais explorados avançam no sentido de tomar consciência sobre o significado da traição sofrida com o governo da Unidade Popular. Nossa memória histórica não nos permite esquecer as lições da grande derrota, nos anos 70, que sofreram o proletariado e as massas populares chilenas nas mãos dos mesmos que, hoje, trabalham por nos traír. Aqueles que constituíram o governo burguês de Unida-

Adquira com o distribuidor de Massas:

40 anos do Golpe militar no Chile

R\$6

Boletim do **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Setembro de 2012 - R\$ 6,00

40 anos do golpe militar no Chile, é necessária e imprescindível a criação do Partido Operário Revolucionário

Textos: POR - Chile, Argentina, Bolívia e Brasil

de Popular, agora, sob novas condições de levante das massas, chamam os explorados a confiarem na institucionalidade burguesa e no exército. Agem para desmobilizar os setores mais combativos de operários e populares. Voltam com a falácia do “caminho pacífico para o socialismo com democracia”, que, nos anos 70, se mostrou impotente diante da conspiração da burguesia, das Forças Armadas e do imperialismo, que impuseram a sangue a derrota do movimento revolucionário.

7. Nos últimos anos, importantes lutas foram traídas ou desviadas, sem nada obter. O que resultou do trabalho das direções traidoras, que, hoje, pretendem se colocar à cabeça do movimento, desviando o protesto à institucionalidade, que é repudiada pelas massas, e aplaudida pelos empresários da “nova” Constituição. Piñera exige-lhes prontidão para acabar com a incerteza, uma vez que não se pode estender por três anos, como foi colocado pela politicagem servil e não se pode dilatar a ordem de quem manda. Diante da ausência de uma direção revolucionária e da intervenção da oposição colaboracionista, a burguesia continua subestimando a raiva e a força do povo em luta.
8. O programa de intervenção objetivou e objetiva unificar as reivindicações, com máxima urgência, levantadas pelas massas mobilizadas, como pensões e salários, saúde, educação, estatização das AFP, fim do endividamento familiar com o consumo, com a educação e com a saúde. O Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário vinculou a plataforma de reivindicações das massas com a estratégia da revolução social e a tarefa de expropriação sem indenização dos meios de produção. Em particular, a expropriação das corporações transnacionais e do capital financeiro, que têm determinado a submissão e a humilhação a mais de 94% dos chilenos. O levante das massas objetivamente se chocou

com o poder da burguesia e pôs à luz do dia a necessidade de um governo operário e camponês, que imporá a ditadura do proletariado sobre a minoria burguesa e contra o imperialismo. Um governo operário e camponês no Chile inclui todos os oprimidos e se estende às nações-classe, principalmente à Mapuche, que constantemente luta contra o Estado opressor chileno. Somente um governo operário e camponês garantirá a recuperação de suas terras e a autodeterminação.

9. No interior do movimento, o Comitê Construtor do POR trabalhou para que as assembleias populares se abrissem à classe operária, em especial, aos mineiros. Colocou a necessidade de lutar pela independência política dos sindicatos, para acabar com a política de acordos ditados pelos interesses empresariais, que submetem os operários, propicia a traição do estalinismo e da burocracia. O primeiro passo é expulsar os burocratas enquistados nas organizações operárias. O levante das massas mostrou que a classe operária necessita romper as ataduras que impõem as leis burguesas e se libertar da política de conciliação de classes.
10. O Comitê de Construção do POR do Chile conserva e expressa em suas experiências políticas as melhores tradições das lutas dos anos 70. Vem trabalhando por se constituir em partido-programa. O Jornal Luta Operária tem servido não apenas de porta-voz dos explorados como instrumento de formação do programa. Agora, ganha mais experiência com a mobilização de características insurrecionais dos explorados. O balanço dos acontecimentos que abalaram o Chile e se projetaram na América Latina, principalmente, contém a luta dos marxista-leninista-trotskistas pela superação da crise de direção. O fortalecimento da seção chilena resulta em fortalecimento do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Resolução sobre a Colômbia

1. O levante operário e popular, novembro de 2019, demonstrou que a maioria explorada se chocou com as medidas antipopulares e antinacionais do governo Iván Duque. A disposição das massas em lutar contra o empobrecimento e o avanço do saque imperialista, sob a plataforma comum de reivindicações, mostrou uma mudança significativa na situação política. A pressão das bases operárias sobre suas direções, procurando unificar as lutas, deu lugar à formação do Comitê Nacional de Greve (CNG), que convocou a grande greve nacional de 21 de novembro, e deu lugar à ação unitária e à posterior mobilização da classe operária, da pequena burguesia, dos camponeses e das centrais indígenas, dentre outros. Esse fato assinalou o caminho por onde se desenvolverá a luta da maioria oprimida contra a oligarquia colombiana e o imperialismo.
2. As massas saíram a enfrentar o pacote pró-imperialista de Duque. Como vem acontecendo com os demais governos da América Latina, Iván Duque apresentou vários projetos de apoio aos capitalistas, exigidos pelo FMI, OCDE e outras instituições imperialistas, que exigem sacrifício dos explorados. A denominada “Lei de Crescimento Econômico”, que é uma reforma tributária, reduz impostos das empresas e descarrega o peso sobre os assalariados, pensionistas e aposentados. Também fazia parte do pacote econômico o aumento da idade da aposentadoria, a liquidação do fundo de pensões estatal

(COLPENSIONES), a reforma trabalhista, que, nos fatos, diminui o salário mínimo, e a privatização de empresas e setor financeiro estatais, por meio de Holding, e do tarifação nacional em favor da Electrocaribe.

3. O rechaço aos assassinatos sistemáticos de lideranças sociais e o não cumprimento do Acordo de Paz foram um dos aspectos da luta das massas. No governo de Duque, foram assassinadas mais de 723 lideranças sociais (indígenas, ex-combatentes, camponeses e ativistas urbanos). A opressão dos latifundiários e do Estado não retrocedeu, como foi prometido nas negociações do Acordo de Paz com as FARC, em 2016. Sob a pressão das frações oligárquicas e de setores ultrarreacionários da pequena burguesia urbana, Duque abriu uma ofensiva contra a chamada “Jurisdição Especial para a Paz (JEP)”, rejeitando sistematicamente sua implementação. A JEP é uma forma de justiça transitória, que garante benefícios a ex-presos, dentre eles, aos participantes envolvidos no conflito (guerrilheiros, militares, paramilitares e civis, inclusive), em troca de facilitar a investigação que permitisse a “reparação das vítimas”. As manifestações, portanto, se dirigiram contra a opressão latifundiária e o Estado militarista.
4. Assim, no dia 21 de novembro, as massas ocuparam as ruas e enfrentaram a brutal repressão, que resultou em assassinatos de manifestantes e centenas de presos. A experiência de-

mostrou que os explorados em luta, instintivamente, tendem a superar o corporativismo das reivindicações econômicas setoriais. A violenta repressão do governo impulsionou a mobilização popular, dando lugar a quase um mês de mobilização permanente. O Comitê Nacional de Greve centralizou a mobilização nacional.

“ A disposição das massas em lutar contra o empobrecimento e o avanço do saque imperialista, sob a plataforma comum de reivindicações, mostrou uma mudança significativa na situação política.

5. A classe operária não pôde destacar-se como dirigente da greve geral e imprimir sua política revolucionária. Assim, a pequena burguesia urbana – funcionários e estudantes – determinou o curso do movimento. A resposta à destruição, elitização e privatização dos serviços essenciais ganhou projeção. A disposição de luta da pequena burguesia, diante das contrarreformas de Iván Duque, a leva a assumir os métodos da luta de classes do proletariado. O que permitiu o seu entroncamento com a classe operária. O problema fundamental, portanto, esteve no bloqueio burocrático, imposto pelas direções sindicais.
 6. A participação de camponeses nas greves e mobilizações de 2019 retomou os elos da luta camponesa de abril e maio de 2014, bem como de 2013, quando milhares de camponeses se insurgiram contra a Lei 970, sancionada por Santos, em 2010, que favorecia a concentração monopolista da produção agrícola e de terras cultiváveis, destinadas à produção para exportação. Sua aplicação estava prevista nos Tratados de Livre Comércio (TLC), assinados entre os governos da Colômbia, dos Estados Unidos e da União Europeia. Eis por que nenhum governo posterior ousou modificar essa lei. Por essa via, se tem acelerado o processo de expropriação e pauperização da pequena produção camponesa.
 7. As mobilizações de novembro de 2019, em resposta às contrarreformas de Duque, expuseram o caráter francamente pró-imperialista do governo colombiano, subordinado à política dos Estados Unidos. Por seu conteúdo objetivo, a luta das massas excedeu às reivindicações imediatas, e expressou a crise profunda do capitalismo.
 8. Diante das massivas manifestações e das seis greves gerais, o executivo e o legislativo, desconhecendo o levante das massas, e acompanhados de setores capitalistas, manobram para que a “Lei do Crescimento Econômico” fosse aprovada, com pequenas alterações. A essência da reforma tributária, que é a de reduzir os impostos dos capitalistas e descarregar seu peso sobre a maioria nacional oprimida, foi mantida. O movimento não se esgotou em face da aprovação final de algumas das reformas. A greve nacional de 21 de janeiro evidenciou que as massas mantiveram sua disposição de luta, exigindo que o Comitê Nacional de Greve realizasse um encontro nacional nos dias 30 e 31 de janeiro, para definir as ações a serem tomadas em 2020.
 9. A jornada de luta, iniciada em 21 de novembro, assentou as bases para novas arremetidas das massas contra a pobreza da maioria, o Estado policial, o governo títere e o intervencionismo norte-americano. Isso se passa diante do declínio da guerrilha, comandada pelas FARC. Está claro o sentido capitulador do acordo de sua integração na política parlamentar burguesa.
- É preciso dizer que não se trata do fracasso da guerrilha camponesa em si mesma, mas sim da política pequeno-burguesa nacionalista e reformista das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e do Exército de Libertação Nacional (ELN). Somente a classe operária pode constituir um movimento capaz de derrubar a burguesia serviçal e expulsar o imperialismo. Para isso, é imprescindível constituir a aliança operário-camponesa.
10. Embora não tenham transparecidas as raízes mais profundas do movimento grevista, é possível identificá-las. A Colômbia é um dos países latino-americanos que mais se submeteu diretamente à política norte-americana, em nome da erradicação do narcotráfico, da derrocada da guerrilha e da falsa pacificação. Tornou-se ponta de lança do objetivo contrarrevolucionário da Casa Branca, de sufocar economicamente a Venezuela, e fomentar o golpe de Estado contra o governo nacionalista de Nicolás Maduro. Não há dúvida de que as greves gerais e as manifestações são obstáculos para o governo avançar ainda mais na alienação da independência nacional do País. As raízes anti-imperialistas do descontentamento que uniu operários, camponeses-indígenas, classe média urbana pobre e a juventude oprimida, somente não se tornaram visíveis, devido a que a classe operária não se destacou como dirigente, e a que ainda não constituiu seu partido revolucionário. Por outro lado, a presença dos camponeses-indígenas não encarnou a tarefa da revolução agrária pelo mesmo motivo. O programa proletário que responde à independência nacional da Colômbia e a revolução agrária esteve potencialmente presente na jornada de novembro-dezembro, bem como a necessidade de organizar os explorados em uma frente única anti-imperialista.
 11. Trata-se de aproveitar as lições do movimento das massas colombianas como parte dos levantes que vêm ocorrendo em vários países da América Latina. Os explorados não estão dispostos a aceitar passivamente as contrarreformas antinacionais e antipopulares. Pressionam os aparatos sindicais burocratizados a responderem aos ataques, ou saem ao combate, a despeito das velhas direções. A convergência das lutas no continente latino-americano reflete os impasses das forças produtivas mundiais, que não têm como se desenvolver sob o capitalismo monopolista. Está aí por que os explorados, apesar da camisa de força da política burguesa e da burocracia sindical estatizante, se chocam tanto com os governos nacional-reformistas, quanto com os governos direitistas e francamente pró-imperialistas. Nota-se que a classe operária e demais explorados se batem instintivamente contra a política de conciliação de classes. No entanto, não podem se libertar simplesmente com a revolta instintiva, ou com as pressões sobre as direções conciliadoras. A vanguarda está obrigada a desenvolver no seio das lutas o programa da revolução proletária, expondo a estratégia de poder próprio, que se materializa na consigna de governo operário e camponês.
 12. É nessas condições que comparece de forma contundente a crise de direção e a necessidade de construir o partido marxista-leninista-trotskista, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) reconhece a potencialidade do momento para convocar a vanguarda a dirigir suas energias à tarefa de superar a crise de direção. O CERQUI trabalha nesse sentido, sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Teses sobre o centrismo

- 1 **Qualificamos como centristas todas aquelas organizações que oscilam constantemente entre a política proletária e o reformismo pequeno burguês, ocultando, assim, seu conteúdo oportunista.** Reivindicam-se de esquerda, revolucionárias, guevaristas, trotskistas, da classe operária. Às vezes, se aproximam das posições revolucionárias, radicalizando-se, e jogando um papel combativo na luta de classes, mas renegam as bandeiras do comunismo, da revolução social, da ditadura do proletariado, da imprescindível direção da classe operária no processo revolucionário, de assinalar com toda precisão que, para começar a construir o socialismo, é necessário destruir o Estado burguês, e expropriar os grandes meios de produção. Renegam a necessidade de construir o partido revolucionário como um partido de quadros, conspirativo, como estado maior da classe operária, negam que o exemplo a seguir é o partido bolchevique. A propaganda da violência revolucionária desapareceu de seus materiais políticos.
- 2 **A oscilação do centrismo, entre a política reformista e a política revolucionária, é expressão da pequena burguesia, classe intermediária entre a burguesia e o proletariado.** Em acordo com a caracterização de Trotsky, sustentamos que o centrismo é incapaz de manter uma linha revolucionária coerente. É arrastado pelo processo revolucionário a tomar posições radicalizadas, mas são incapazes de sustentá-la no tempo.
- 3 **As raízes históricas do centrismo latino americano se encontram na destruição da direção mundial do proletariado:**
 - a) **A quebra da II Internacional significou que poderosos partidos operários passaram para o terreno da burguesia.** Triunfaram as extraordinárias pressões da burguesia imperialista, nas condições da 1ª Guerra Mundial. O que expressou o revisionismo do internacionalismo proletário, assentado no Manifesto Comunista e nas formulações da I Internacional. O revisionismo da II Internacional expôs a adaptação do partido socialdemocrata alemão ao parlamentarismo e, portanto, ao social chauvinismo. A revisão dos fundamentos do internacionalismo marxista concluiu no reformismo contrarrevolucionário. A sua fração centrista foi incapaz de romper com o social chauvinismo e acabou plenamente como reformista. A falência da II Internacional exigiu a construção da III Internacional, liderada pelo bolchevismo.
 - b) **A destruição da III Internacional, pelas mãos do estalinismo, levou a humanidade para uma crise de direção sem precedentes.** Foi uma ação contrarrevolucionária, oferecida ao imperialismo, como gesto de que a URSS não serviria de apoio à luta mundial do proletariado, para os levantes e as revoluções. Esse ato esteve intimamente ligado às pressões restauracionistas. A consequência devastadora da liquidação da III Internacional está em que o estalinismo destruiu o Partido Mundial da Revolução Socialista. Stalin e sua camarilha encarnaram o liquidacionismo. Desmoralizaram os partidos comunistas em todo o mundo, impondo-lhes a política de colaboração de classes. Os partidos comunistas apareceram abertamente como defensores da ordem burguesa, sustentando seus governos, e até políticas claramente neoliberais (como no Chile).
 - c) **A construção da IV Internacional ocorreu na contr corrente da história.** Sua direção, depois do assassinato de Trotsky, se mostrou incapaz. Pôs em evidência a tendência centrista, que embrionariamente estava presente em seu seio. Não foi capaz de assimilar toda a experiência da Guerra, e estabelecer uma linha do pós-guerra, contra a nova divisão do mundo, contra o lugar que passava a ocupar o estalinismo, e o período de “guerra fria”, que a seguir seria lançado pelos Estados Unidos. Em resumo, a direção da IV Internacional não encarnou de fato o Programa de Transição, que mantém plena sua vigência. A desintegração da IV Internacional em inumeráveis correntes centristas foi e é parte da crise de direção da humanidade. Não teve, porém, como capitalizar, em termos revolucionários, a quebra internacional dos mais poderosos aparatos contrarrevolucionários: a socialdemocracia e o estalinismo. A debilidade da IV internacional e a degeneração das correntes centristas e estalinistas levam a potenciação de pseudoteorias, que fogem da resposta revolucionária à crise de direção, e as convertem em um fator de confusão e maior despolitização na vanguarda. **d) a queda da URSS foi o grande fato que a burguesia mundial esperava para atuar sobre os explorados com a infâmia de que o “socialismo real” havia fracassado historicamente.** Tudo se fez para ocultar que era o estalinismo, que se tinha prostrado diante do imperialismo, com suas políticas de “socialismo em um só país” e “coexistência pacífica”, que definitivamente sucumbia. Agravou-se a crise de direção revolucionária a níveis desconhecidos na história da luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Confirmou-se, portanto, a pior hipótese prognosticada pelo Programa de Transição da IV Internacional.
- 4 **Os centristas negam a estratégia da ditadura do proletariado.** Substituem a estratégia proletária pela constituição do Governo dos Trabalhadores, que supostamente seria realizável pela via eleitoral. Eis que partindo disso, formularam a tática de “unir as lutas às urnas”, bem como de constituir uma frente eleitoral com as mais diversas variantes do reformismo.
- 5 **Os centristas rechaçam a vigência da revolução proletária.** Dizem-nos que as forças produtivas continuam desenvolvendo-se, e que não está colocada, para este período histórico, a revolução proletária. Que as massas estão despolitizadas, desorganizadas, que perderam seu norte estratégico. Como se a responsabilidade da vanguarda revolucionária não fosse ajudar a politizar, a tornar consciente o processo histórico, apesar de todas as dificuldades. As massas sozinhas, por si mesmas, à margem da ação do partido revolucionário, da vanguarda mais consciente, não podem gerar teoria. Só os revolucionários fazemos propaganda com a estratégia da classe operária.
- 6 **Abandonaram a denúncia do caráter de classe do Estado e suas instituições.** Dizem-nos que o parlamento pode jogar um papel progressivo para as massas, desconhecendo que a democracia burguesa é expressão da ditadura de classe. Não utilizam as eleições e o parlamento em termos revolucionários, receiam perder sua legalidade e se indispõem com os politiquês burgueses. Converteram-se em eleitoralistas, em vulgares democratizantes. Deixam aberta a porta para a colaboração aberta com a burguesia, vão dando forma a suas tendências frentepopulistas. Este é o resultado inevitável de se desenvolverem políticas destinadas a ganhar a atenção das classes médias urbanas. Há

alguns anos, um setor de esquerda chegou ao governo na Grécia (Syriza). Abandonou todo seu discurso para levar adiante o plano mais severo de ajuste e entrega, a serviço do capital financeiro. E também os temos visto apoiando o MAS de Evo Morales; o chavismo, na Venezuela; López Obrador, no México; o PT, no Brasil; a Frente Ampla, em Chile; etc. etc. Não fazem propaganda de todos os métodos de ação direta das massas como a única via para enfrentar e derrotar a burguesia, e destruir seu Estado. Em suas colocações, se dissolve o conceito marxista de Estado.

- 7 **O abandono da estratégia da revolução proletária e dos princípios marxistas não se dá apenas em nível nacional, mas também internacional.** Em nome do combate ao sectarismo e da despolitização das massas, se abandona a política, a estratégia histórica da classe operária. Com frequência, pretende-se substituir o programa, os princípios, a estratégia, o balanço da luta de classes, e o papel das direções, por fórmulas mágicas, por acordos circunstanciais ao redor de pontos mínimos, que fracassaram com frequência, contribuindo para desmoralizar a vanguarda. Não há reconstrução possível da IV Internacional sem um balanço implacável de todos os setores que proclamaram ser sua direção, para não repetir os erros, para aprender com eles. É imprescindível quitar as contas com todas as aventuras e com todo o oportunismo, para abrir caminho aos revolucionários.
- 8 **Afirmam que a classe operária já não é o sujeito revolucionário,** que o “desenvolvimento” do capitalismo lhe diminuiu quantitativamente, que é substituída por técnicos no processo produtivo, que aparecem outras classes, outros métodos, outras formas de organização, que jogam um papel revolucionário. Algumas organizações o sustentam abertamente. Outras, particularmente entre os revisionistas do trotskismo, isso aparece disfarçado em suas formulações. Verifica-se isso no abandono da estratégia proletária, substituindo-a pelo “governo dos trabalhadores”; ao invés de partido revolucionário, falam de “partido dos trabalhadores” ou de “ferramenta política”.
- 9 **Rechaçam a construção de um partido bolchevique.** Para o centrismo, o “modelo” de partido é um partido dos trabalhadores, como o do Brasil, ou a socialdemocracia alemã, como um grande partido de massas, com força eleitoral, e forte presença em todas as instituições do Estado. Um partido que é um conglomerado de diversas correntes, que pretendem tirar proveito da democracia burguesa. Também colocam a construção de “partidos anticapitalistas” ou “socialistas”, despojados da estratégia revolucionária do proletariado. Vão transformando suas organizações em movimentos. Afirmam que o mundo mudou, e aquelas ideias de 100 anos atrás ou mais ficaram desatualizadas, sem explicar que ideias as superam e por quê. Constituem aparatos com inúmeros rendados, justificando que são “militantes profissionais”, prostituindo, assim, a essência do conceito de militante profissional (aquele que entrega sua vida à causa da revolução, sem receber nenhum benefício material em troca).
- 10 **O centrismo oscila em sua posição frente ao nacionalismo burguês.** Na década de 1950, nos disseram que o nacionalismo burguês e a burocracia estalinista poderiam jogar um papel progressivo, e até revolucionário, e que se tinha de dissolver neles. O chamado Secretariado Unificado da IV Internacional assimilou os postulados do foquismo dos anos 1960/70, com consequências terríveis para um setor da vanguarda. Rechaçam abertamente a tática da Frente Único Anti-imperialista, obstaculizando a unidade de ação do proletariado e as classes oprimidas. Em nome da “unidade da esquerda” deixam o caminho livre para as forças burguesas, para continuarem exercendo sua tutela ideológica sobre as massas.
11. **Diante de situações onde aparece colocada a questão do**

poder, aparecem com suas formulações legalistas, de submissão à ordem burguesa. Nas situações extremas da luta de classes, aparece dramaticamente seu abandono estratégico. Para não colocar a política da classe operária, suas colocações de poder se limitam ao terreno democrático burguês (assembleia constituinte).

12. **É necessário combater todas as expressões do centrismo, porque são um obstáculo para a construção do partido revolucionário.** Apresentam atalhos, caminhos rápidos, e que parecem fáceis de percorrer para chegar às massas, receitas magistras, para evitar a dura e paciente tarefa de construir a direção proletária. Somam confusão, despolitização, desmoralização e divisão na vanguarda que luta. No último século, as organizações de massas estiveram dominadas por correntes socialdemocratas, e pelo estalinismo, que jogaram um papel contrarrevolucionário extraordinário, para salvar o capitalismo, contendo e bloqueando as tendências revolucionárias. Hoje, esses enormes aparatos perderam todo peso e prestígio para as massas, desbarrancaram e colaboram abertamente com a submissão dos governos capitalistas. Se essa bancarrota das direções históricas ainda não pôde ser capitalizada pelos revolucionários é, entre outras razões, pelo papel que joga o centrismo.
13. **As organizações centristas percorrem um processo que as leva para o reformismo, o qual, nas palavras, dizem combater.** São revolucionários de palavra, mas reformistas nos fatos, ainda que suas políticas centrais tenham traços fortemente reformistas, adaptadas ao legalismo burguês. Como explicamos antes, mantêm uma política de zigue-zague, combinam seu processo de adaptação com posições combativas, e participação em lutas radicalizadas, chocando-se objetivamente com o Estado. Seu processo não se concluiu.
13. **A crise das organizações centristas estala pela extrema polarização da luta de classes.** Que se caracteriza pelo agravamento da crise capitalista, e o fortalecimento da guerra comercial e das tendências bélicas, as pressões para impor reformas insuportáveis para as massas, e o crescente autoritarismo do regime político, que mostra as tendências internacionais da burguesia, que tende a jogar pela janela até as formas mais limitadas de democracia burguesa. Essa pressão extrema faz ranger as formulações políticas democratizantes.
14. **A vanguarda revolucionária tem a tarefa de travar a luta programática contra o centrismo e sua negação da estratégia da revolução e ditadura proletárias,** do partido-programa, da vigência da revolução proletária, do papel de direção revolucionária da classe operária, da necessidade da constituição da Frente Única Anti-imperialista nos países atrasados, e da Frente Única Proletária nos países capitalistas desenvolvidos. É preciso revelar, a partir da crítica concreta a suas políticas, seu conteúdo oportunista, que leva ao desvio das massas da luta pela revolução socialista.
15. **Nossa política sobre essas correntes consiste em chamar a atenção das suas bases, integradas por elementos muito combativos e abnegados militantes, que devem ser ganhos para a revolução.** Impedir que se quebrem, que abandonem a militância, frustrados pela política de suas direções, pelas mesquinhas lutas de aparatos, burocratismo. Ou que acabem engrossando as fileiras do “anti-partidarismo”. Suas direções, no entanto, não poderão ser ganhas, renunciaram conscientemente a formular o programa da revolução proletária em seus países. Combateram permanentemente os revolucionários, os expulsaram de suas fileiras, os difamaram e isolaram das melhores referências e tradições revolucionárias (como todos fazem com a história da Bolívia e a intervenção dos poristas).

Resolução sobre a opressão da mulher

1. A Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) reconhece que as massas femininas oprimidas são decisivas para a revolução socialista e, conseqüentemente, para a eliminação definitiva da desigualdade com o homem. Ressalta, em particular, a importância das massas femininas que compõem a classe operária. As próprias mulheres devem tomar em suas mãos a tarefa de sua emancipação, como parte da emancipação da classe operária e de todos os oprimidos da exploração e opressão capitalistas;
2. A vanguarda consciente tem à sua frente a tarefa de lutar no seio do movimento operário e da luta de classes em geral com o programa da revolução social, procurando organizar as mulheres, que padecem das desigualdades e discriminações, e despertá-las para o objetivo de acabar a escravidão do lar;
3. A opressão sofrida pelas mulheres teve origem na sociedade de classes. As transformações históricas pelas quais passou o modo de produção, o avanço das forças produtivas e as mudanças nas relações patriarcais não alteraram o fundamento da subordinação da mulher ao lar e da supremacia social do homem;
4. É bem conhecidas as estarrecedoras condições de subordinação da mulher ao homem nos regimes escravocrata e feudal. Espelham as relações de exploração e opressão que se processam por meio da propriedade privada e da dominação da minoria sobre a maioria por meio do Estado. Está aí por quê a mulher chegou a ser literalmente propriedade do homem, devendo-lhe a vida e a morte. O capitalismo promoveu grandes mudanças nos elos da cadeia de opressão da mulher. No entanto, não teve como abolir a subordinação patriarcal, a inferiorização e a discriminação das massas femininas;
5. A produção mercantil e as forças produtivas industriais abriram caminho para a mulher compor a força de trabalho e inserir-se na produção social. As discriminações que se manifestaram no capitalismo passaram a refletir os laços entre as antigas e novas formas de opressão. O gigantesco progresso que representou a inserção da mulher na produção social e a sua exploração pelos capitalistas evidenciaram a velha escravatura do lar e os liames da alienação familiar. A completa libertação da mulher e igualdade com os homens virão com a substituição da economia doméstica individual pela economia coletiva, socialista;
6. A mulher proletária, principalmente, foi incorporada como força de trabalho, sem ser liberada do trabalho improdutivo do lar. Está muito bem assentada a denúncia sobre a dupla jornada que esmaga a maioria das mulheres. A substituição de certas funções produtivas do homem pela mulher, por sua vez, é utilizada pelos exploradores para rebaixar o valor médio da força de trabalho. Também é reconhecido por instituição da própria burguesia a diferenciação salarial para funções iguais. O que resulta em maior taxa de exploração da força de trabalho feminina, e forte concorrência no estreito mercado de trabalho.
7. Apesar do capitalismo ter realizado um grande progresso nas forças produtivas, ciências, educação e cultura, não foi capaz de reconhecer as particularidades fundamentais da mulher. A maternidade constitui uma distinção natural de grande importância em relação ao homem. Em extensão, cabe à mulher a responsabilidade de cuidados especiais com os filhos. No entanto, a maternidade não pode ser considerada pelos capitalistas uma função social, que exige proteção. Ao contrário, o regime de dupla jornada, a intensa exploração de suas capacidades e os salários diferenciados esgotam as forças físicas e mentais das mulheres trabalhadoras;
8. A situação de opressão sobre a mulher não é igual em todo o mundo. Nos países semicoloniais, as massas femininas proletárias, camponesas e pequeno-burguesas urbanas, suportam não apenas o peso da burguesia interna como também do imperialismo. As conquistas mais avançadas dos direitos femininos nos países de capitalismo adiantado não têm como ser estendidas aos países de economia atrasada e saqueados pelo grande capital. Mesmo entre os países semicoloniais, as particularidades de seu desenvolvimento condicionam o desenvolvimento social da questão feminina. É necessário conhecer a situação concreta em que se expressam as discriminações e suas conseqüências para a maioria das mulheres. Não se pode, porém, desvinculá-las das leis econômicas e sociais que reproduzem a opressão em todos os países. As bandeiras anti-imperialistas de combate à opressão nacional devem compor as reivindicações de defesa das mulheres;
9. Organismos internacionais, instituições e determinados governos apregoam a igualdade entre homens e mulheres. Chegaram a inventar o conceito de "igualdade de gênero", para ocultar a raiz de classe da opressão. Por essa via, procuram canalizar a revolta das massas femininas, particularmente da classe média, para soluções institucionais. Incentivam as organizações corporativas, que se orientam a propagar preceitos educacionais e culturais para aproximar homens e mulheres da igualdade. Via de regra, as diretrizes burguesas e pequeno-burguesas de "igualdade de gênero" serve ao reformismo. O que enfurece a direita francamente defensora da escravatura da mulher à família, da subordinação patriarcal e da resignação religiosa. As duas vias, apesar das diferenças, têm em comum a defesa do capitalismo, da economia doméstica e da ascendência da religião sobre a família.
10. Nenhum Estado burguês deu um passo em favor da emancipação da mulher. Aqueles em que as bases econômicas permitiram elevar a democracia puderam rever velhas leis que inferiorizavam a mulher e privilegiavam os homens. Foi-lhes conveniente canalizar as pressões das massas femininas, principalmente da pequena burguesia urbana. A legislação mais avançada, que incorporou determinadas reivindicações democráticas, no entanto, não se assenta em reais mudanças nas condições de opressão sofrida pela mulher trabalhadora. Não se estabeleceu a plena igualdade de direito jurídico. Não se criaram os meios materiais para superar as discriminações na vida do dia a dia. A igualdade proclamada pela burguesia esbarra na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho, na pequena economia do lar, nas vantagens do trabalho improdutivo da mulher no seio da família e na sua dependência econômica. Na base da mais moderna democracia burguesa, se encontra a velha e arcaica escravidão do lar.
11. O Estado Operário – com a destruição do Estado burguês produto da revolução, na qual as massas femininas foram fundamentais - da ex-União Soviética deu um primeiro passo nesse sentido. Aboliu a legislação discriminadora, e implantou a de plena igualdade. Sob a direção de Lênin, deixou-se claro que a igualdade jurídica de direitos apenas aplainava o caminho da igualdade real. O fundamento socialista da libertação da mulher do velho jugo das sociedades de classes está em que as massas femininas se incorporem ao trabalho produtivo comum. Essa transformação radical livra a mulher dos trabalhos domésticos, improdutivos, embrutecedores e destruidores das capacidades intelectuais

- próprias de todos os seres humanos. A luta revolucionária para edificar o socialismo dependia da participação das mulheres, a começar pela proletária, em todos os aspectos da economia, da administração, da política e da vida social. A premissa marxista de que a transformação do capitalismo em socialismo depende da total igualdade da mulher e, portanto, da eliminação completa dos velhos jugos da sociedade de classes se confirmou diante do profundo retrocesso provocado pela restauração capitalista e destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
12. Nos Estados burgueses mais poderosos, a burguesia, e, em especial, os reformistas, afirmam que a mulher pobre vem sendo protegida por meio das creches e jardins de infância. A limitação desses meios é visível. Nesse sentido, observa-se que nada foi feito para construir refeitórios públicos. O fato é que a burguesia não tem como sequer aliviar o peso do trabalho doméstico. A luta pelos refeitórios, creches e jardins de infância somente pode ser travada consequentemente como parte da libertação da mulher dos afazeres da economia doméstica. Tais medidas se constituem em embriões, como se comprovou logo no início da revolução proletária na Rússia, de superação da economia familiar e da desigualdade entre homens e mulheres diante da produção social.
 13. O direito ao aborto se choca com a religião. O obscurantismo das igrejas é a mais poderosa arma ideológica utilizada pela burguesia para cegar os explorados, e, em particular, as massas femininas. A sua penetração no interior das famílias auxilia a classe capitalista a preservar o regime de exploração e de discriminação da mulher. A submissão religiosa interessa aos exploradores porque se converte em força contrária à luta revolucionária pelo fim da economia doméstica e da escravidão do lar. A mulher, em geral, somente recorre à medida extrema do aborto devido às más condições sociais e à impossibilidade de criação dos filhos. São as mais pobres que padecem com a criminalização do aborto. Nos países em que se reconhece o direito de abortar, o Estado não garante as condições fundamentais para a saúde física e mental da mulher. Naqueles em que se criminaliza, obriga a mulher pobre a recorrer a procedimentos clandestinos, via de regra prejudiciais. As mulheres ricas recorrem ao aborto seguro. Essa discriminação de classe social diante do aborto e da maternidade reflete a brutal violência contra a imensa maioria das mulheres. É fundamental evidenciar, na luta pelo direito ao aborto, o lugar da família e da religião como obstáculos aos direitos mais elementares da mulher.
 14. O capitalismo da época imperialista - de predomínio do capital financeiro e dos monopólios - já não pode desenvolver as forças produtivas mundiais. As contradições econômicas e sociais potenciam a sua decomposição. As massas se deparam com a crise estrutural do capitalismo. A burguesia não tem outra solução a não ser descarregar suas consequências sobre a maioria que vive do trabalho. O desemprego e subemprego mutilam a força de trabalho. Avançam a miséria e a pobreza mundiais. As contrarreformas destroem antigos direitos conquistados pelas massas em luta contra a exploração. A burguesia já não consegue conservar as leis trabalhistas e previdenciárias de proteção aos trabalhadores. Nestas condições, agravam-se as discriminações e a opressão sobre a mulher operária, camponesa e pequeno-burguesa urbana. É imprescindível, em qualquer movimento das massas femininas, que a vanguarda revolucionária vincule as bandeiras democráticas com as econômicas, e desenvolva a estratégia da revolução e ditadura proletárias.
 15. O reformismo contrarrevolucionário se apoia nas difíceis condições dos explorados para desviar as revoltas para soluções parlamentares. Mostram-se incapazes de combater as contrarreformas, mas prometem recuperar os direitos arrancados assim que voltar ao poder pelas eleições. Exercendo o papel de governante, o reformismo serve à política de descarregar a crise sobre as massas e dá passagem às pressões do grande capital e do imperialismo para que impulse as contrarreformas. As promessas de reduzir as “desigualdades” e de amenizar gradativamente a discriminação e a violência (assassinatos, prostituição, estupro, tráfico de mulheres) caem por terra diante da crise econômica que abala o capitalismo mundial. Os reformistas insistem na tese de que se trata de responder à especificidade dos problemas femininos. Combate o marxismo que afirma não existir problemas especificamente feminino. A opressão e suas consequências sofridas pela mulher é parte da opressão geral. O reformismo separa e isola os movimentos da pequena-burguesia, geralmente por reivindicações democráticas, da luta do proletariado, bem como divide homens e mulheres oprimidos. A tática dos marxistas, ao contrário, leva à unidade revolucionária de mulheres e homens explorados, e ao convencimento da pequena-burguesia arruinada de que tem muito a ganhar colocando-se sob a política do proletariado.
 16. A luta contra o feminismo burguês deve ser implacável. O reformismo encarna a política de classe da burguesia, para desviar o descontentamento das massas femininas para o campo de seus inimigos disfarçados de benfeitores. A classe operária não tem ainda assumido a frente das lutas contra a opressão da mulher. Isso se deve à crise de direção, à ausência dos partidos revolucionários, ao controle dos sindicatos pela burocracia traidora e ao predomínio da política de conciliação de classes. A desintegração do capitalismo tem gestado movimentos da pequena burguesia urbana. Via de regra estão sob a direção de partidos nacional-reformistas. As correntes de esquerda centristas, por não terem programa marxista, acabam se adaptando à pequena burguesia e se arrastando por trás das pressões reformistas. A política revolucionária do proletariado orienta-se a converter os sindicatos e organizações populares em canais da mobilização das massas, particularmente das massas femininas, contra toda forma de opressão nacional, social e sexual.
 17. O movimento feminista pequeno-burguês padece de uma contradição básica: é progressista quando se vale dos métodos de luta da classe operária e se choca com o governo da burguesia e seu Estado; é conservador quando segue a orientação das direções reformistas, desaguando no feminismo burguês contrarrevolucionário. A luta revolucionária no seio do movimento de classe média consiste em desmascarar o feminismo burguês e pequeno-burguês. O que exige não somente tomar nas mãos as reivindicações democráticas de defesa da mulher como vinculá-las às econômicas de todos os explorados e à estratégia da revolução proletária. Há que trabalhar sob o fundamento programático de que somente sob a ditadura do proletariado se iniciará a emancipação da mulher. No interior do capitalismo, trata-se de amadurecer as condições políticas e organizativas para destituir a burguesia do poder e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.
 18. O CERQUI orienta suas seções a empregar métodos particulares de trabalho entre as mulheres, bem como criar organismos voltados a materializar a ação partidária, a exemplo das comissões de trabalho. Essa linha não se confunde com a orientação burguesa e pequeno burguesa de edificar uma organização especial de mulheres no interior do partido, dos sindicatos e demais organizações operárias. Em todas as circunstâncias, deve imperar a igualdade entre o homem e a mulher. O ingresso das mulheres na luta de classes, a elevação de sua consciência sobre as causas da opressão e a politização coletiva fortalecerão a orientação comunista sobre o fim de todas as formas de opressão.